



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

**ATA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

Local: Edifício Parque Corporate Torre A, 10º Andar

Data: 23;24 e 25 de outubro de 2018

Pauta

Dia 23/10/2018

Reunião das Comissões Permanentes (manhã e tarde);

Dia 24/10/2018

Plenária - (manhã e tarde);

Vinda dos Conselheiros eleitos (sociedade civil) para a posse no dia 25.10.2018.

Dia 25/10/2018

Plenário: (Manhã)

Apresentação do Relatório da Gestão 2016-2018;

Posse dos Conselheiros eleitos para a Gestão 2018-2020 – Comissão Eleitoral;

Plenário: (tarde)

- Eleição e posse do Presidente e Vice-Presidente do CNDI – Comissão Eleitoral (encerramento dos trabalhos da Comissão Eleitoral);

- Composição das Comissões Permanentes;

- Assuntos diversos.

DATA: 23 de outubro de 2018



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Aos 23 dias do mês de outubro de 2018, as 09h30 na sala de reuniões do Gabinete, 10 andar do Ministério dos Direitos Humanos- estiveram presentes: Marize Barbosa Freire de Lucena **ABRAZ**; Elenilson da Silva Souza **MORHAN**; Luis Eduardo de Lima A. Mercês **CNF**; Adriana Pereira Souza **CONATG**; Maria Bernadete de Moraes Medeiros **CFESS**; Cristiana Scorza Guimarães **MCIDADES**; Maria do Rosário **MP**; José Aureliano **COBAP** ; Maria Lúcia Secoti **PPI**; Epitácio Luiz Epaminondas **SINTAP**; Tereza Rosa Lins **ANG**; Maria Bernadete – **CFESS**;- Naira de Fátima Dutra Lemos **SBGG**; Bahij Amin Aur **OAB** Renan Aragão **MDS** Feruccio Bilich . **MF**. O presidente **Rogério Luiz Ulson**- Cumprimentou a todos, dando as boas vindas e deu início aos trabalhos das Comissões, antes abriu oportunidade para manifestações. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas** – Agradeceu aos companheiros presentes, os colegas de trabalho, pela convivência durante todo o tempo, afirmaram que foi um aprendizado muito interessante não para ele, mas para todos, onde se aprendeu a trabalhar um pouco não só a questão da técnica dentro do Ministério dos Direitos Humanos também a técnica de convivência. Afirmou que muitas vezes convivemos em diversos ambientes e achamos que tudo que nós sabemos é mais do que todo mundo e o que se verifica é que todas as pessoas têm condições para contribuir, basta darmos a liberdade e abertura para que essas pessoas contribuam. Que contribuição em trabalho é uma coisa em construção, que tem que ser feita e temos que aproveitar tudo aquilo de bom que temos para dar e também tudo aquilo de bom que podemos receber, porque independente de sermos letrados ou não, de sermos formados ou não, a vida é uma via de duas mãos, onde a gente dá e recebe, onde a gente ensina e aprende e onde a gente sobrevive. Colocou que já sobreviveu a diversas fases da vida; enquanto criança, passou por discriminação, passou por fome, passou por uma série de coisas, mas estava aqui. Que quer continuar sendo amigo de todos, afirmou que independente da coloração política da classe social sabe respeitar a família, as pessoas sei respeitar o lugar onde esta. Que durante todo tempo que aqui esteve jamais se expressou para discutir ou negociar a forma política de pensar , pois a sua forma de política de pensar era uma questão a forma política de pensar do conjunto das pessoas era outra e aqui representamos pessoas, uma entidade uma classe se a nos mesmos. Nós aqui no conjunto representamos um conjunto de pessoas idosas que são invisíveis a sociedade e essa invisibilidade não pode continuar e por isso nós estamos aqui trabalhando essa questão no sentido de avançar. Mais uma vez agradeceu a todos. Frisou, que perdeu a esposa há 1 mês e pouco, que viveram juntos por 50 anos sendo 45 casados e mais 5 anos que a gente viveu antes mais dentro de uma coisa muito serena e calma. Colocou que eles conversavam sobre a questão da morte, entende que ela é uma passagem daqui para um outro lugar, e quem fica tem que continuar. Explicou a formação de sua família bem como sua formação técnica e cargos que já exerceu na CUT, no DIESE, mas que o importante é conhecer as coisa e poder ajudar e ser mais um contribuindo com tudo isso, que Deus possa ajudar cada dia mais a família de cada um. A conselheira **Lucia Secoti** – **PPI**- cumprimentou e agradeceu os esforços da Conselheira **Tereza Lins** que bravamente brigou com todo mundo para que a reunião acontecesse. Frisou sobre a importância desse encontro das comissões e para finalizar informou que em fevereiro foi deliberado que haveria uma edição comemorativa do estatuto, que está sendo finalizada



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

a escolha em outubro. O presidente **Rogério Luiz Ulson – SNDPI/MDH** - Perguntou se o assunto abordado se tratava da Capa Comemorativa do Estatuto, que era preciso superar isso e que o mais importante é o conteúdo do que a capa. A conselheira **Lucia Secoti – PPI** – Informou que a comissão participou de eventos, na semana de quinze anos, aonde foi distribuído o Estatuto com a capa antiga. Pediu para os colegas que não tiveram tempo para ver o e-mail, que fora enviada quatro propostas de capas para opinar para fechar. Informou que o trabalho estava sendo feito pelo Cleber que é de outra secretaria e que estava fazendo o trabalho voluntariamente. Informou também que ficou acertado com o Cleber na reunião viva-voz que fizeram, que o conselho faria uma carta, porque ele é da Secretaria da Cidadania e estaria fazendo esse trabalho voluntariamente para nós. A conselheira **Tereza Lins - ANG** – Colocou que em relação a capa, ficou deliberado na ultima reunião, na nonagésima quinta, que os conselheiros dariam um voto de confiança, para que a comissão de articulação decidisse sobre a capa, que então não precisaria ter sido enviada as opções por email, já estava deliberado isso. Que se perdeu tempo, nesse caso, esperando os conselheiros responderem, uma vez que ficou deliberado que a comissão de articulação ia decidir. O Presidente **Rogério Ulson – MDH** – pediu licença para cumprimentar o conselheiro **Feruccio**, e desejou-lhe as boas vindas. A conselheira **Lucia Secoti – PPI** – esclareceu, que a conselheira Rosário entendeu que como se tratava de um momento tão único, uma capa comemorativa, e por estar no final do mandato, entendeu ser importante, passar para o grupo. Que a comissão vai finalizar e enviar para publicação. A conselheira **Tereza Lins – ANG** – Frisou que também ficou deliberado que se não desse tempo para publicar, seria digital. A conselheira **Lucia Secoti – PPI** – Afirmou que agora seria digital. A coordenadora **Eunice da Silva – CNDI-MDH** – informou que sobre o documento que seria entregue ao funcionário Cleber, já havia sido feito e estava com o chefe de gabinete Paulo para análise, explicou que o Cleber estava fazendo um trabalho voluntario, e ele é um funcionário terceirizado, que foi ouvida a CONJUR, para se saber como fazer esse documento para ter uma proteção para o conselho. A conselheira Maria Bernadete – CFESS - Expôs que gostaria de ter falado logo após a fala do Luizão, que queria dizer que foi um dos grandes conhecimentos que teve nesses quatro anos de CNDI, que foi um privilegio ter convivido com pessoas como Luizão, como Amin, como tantos outros aqui deste conselho. E quanto a essa questão familiar do Luizão, tem um livro que ele fez e que teve o privilégio de ganhar ha um tempo atrás, em que conta toda essa história, que é uma coisa belíssima e por isso queria cumprimentar o **conselheiro Luizão**. A conselheira **Tereza Lins – ANG** – Colocou que pensou que a despedida seria depois, e o presidente **Rogério Ulson – SNDPI/MDH** – Concordou com a Conselheira Tereza sobre os discursos de despedidas. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** – frisou que a reunião era praticamente uma reunião de despedida da atual gestão e algumas coisas precisavam ser zeradas. Pediu para que nas comissões, se levantasse se ficou alguma pendência, algum assunto perdido ou esquecido, ou adiado. Mesmo que não fosse para ser resolvido naquela reunião, que fosse claramente apontado para próxima gestão, para não ser perdido, para que não se perdesse o fio que conduz os trabalhos do conselho para que não houvesse ruptura. Por exemplo na comissão do Fundo tem uma questão para ser verificada, que são algumas alterações que a



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

presidência e a Secretaria fizeram em relação as doações. Houveram alguns casos de conselhos que não aceitaram a coisa, e que pelo critério adotado passaria para o município mais populoso. A Secretaria tomou algumas medidas nesse sentido e é preciso que o conselho pelo menos tome conhecimento. Então eu gostaria que a comissão do Fundo verificasse essa pendência da ausência de comunicação com referência a alteração das doações dos kits. Isso porque em, a questões que envolvem recursos financeiros tem que ser cuidado em dobro. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI/CUT – (inaudível)**. O Vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** – Respondeu que sobre o recurso do Fundo, do Kit inteiro, deveria se verificar porque tem um saldo que deve ser restituído. Que a comissão vai ver encaminhar depois para presidência, mas principal é realmente identificar todas as pendências, resolve-las. O presidente **Rogério Ulson – SNDPI/MDH** – Acrescentou que sobre assuntos pendentes tem as Atas também. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** – afirmou que se não fosse possível, resolver todas as pendências deveria se deixar bem registrado para outra gestão prosseguir. O **Presidente Rogério Ulson – SNDPI/MDH** - Deu seqüência a fala do vice-presidente **Amin**, sobre a importância de se passar para nova gestão uma coisa redonda, sem passivos de trabalhos, e de demandas. Que foi citada a questão do recurso afirmou que já sendo estudada a forma de resolver esta questão. Frisou, sobre as atas atrasadas, que seriam em torno de dez, pediu a colaboração e a boa vontade dos conselheiros para resolver o assunto, e dos kits. Que tudo deveria ser esclarecido para passar para nova gestão. O presidente convidou a todos para participar do curso, da Secretaria, afirmou que o curso terá mais de vinte mil pessoas inscritas. A conselheira **Lucia Secoti – PPI** – lembrou que durante o evento de São Paulo levantou-se a questão da família acolhedora, e o CNDI ficou de solicitar ao MDS o envio da Resolução 33 para que fosse enviada a todas as entidades, porque conforme um levantamento feito no dia do evento, ninguém tinha conhecimento. Que seria importante retomar porque é importante fazer com que essa resolução chegue até as ILPIs para conhecimento. Solicitou que a **Eunice**, verificasse se ha resposta do MDS, desta solicitação que foi feita em junho e não temos uma posição se o MDS deu esse encaminhamento para as entidades. A conselheira **Tereza Lins – ANG** – Ressaltou, que da mesma forma, deve se verificar se houve resposta dos ofícios enviados ao MEC. A coordenadora **Eunice da Silva – CNDI** – Explicou que deu encaminhamento aos ofícios que foram enviados tanto por e-mail como pelo correio, alguns comprovantes de recebimento chegaram e outros confirmaram o recebimento por e-mail, que não teve mais nenhum posicionamento. A conselheira **Tereza Lins – ANG** - Explicou que se tratava dos ofícios que haviam sido enviados para o MEC, para os Ministérios, e para o Ministro. Que a comissão queria saber se houve retorno desses ofícios. Colocou também que foi enviado ofício para o presidente o CNE, e para todos os relatores que a Comissão quer saber se houve resposta. A coordenadora **Eunice da Silva – CNDI** – Disse que faria um levantamento e passaria para comissão. Confirmou a disponibilidade das salas para o uso das comissões. O presidente **Rogério Ulson – SNDPI/MDH** desejou um bom trabalho a todos.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Data: 24 de outubro de 2018

Aos 24 dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, as 9h30, na sala de reunião do gabinete no 10º andar do Ministério dos Direitos Humanos, deu início ao segundo dia da 96ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa -CNDI, sob a Coordenação do Presidente Rogério Luiz Barbosa Ulson. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros representantes da Sociedade Civil: Adriana Pereira Souza (**Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG**); Bahij Amin Aur (**Ordem dos Advogados do Brasil OAB**); Claudia Maria Bere (**Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência AMPID**); Elenilson Silva Souza (**Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase MORHAN**); Epitácio Luiz Epaminondas (**Sindicato Nacional dos Trabalhadores, Aposentados, Pensionistas idosos SINTAPI/CUT**); Jose Aureliano Ribeiro de Vasconcelos (**Confederação Brasileira de Aposentado e Pensionista COBAP**); Luis Eduardo de Lima Almeida Mercês (**Confederação Nacional Das Instituições Financeiras CNF**); Maria Bernadete de Moraes Medeiros (**Conselho Federal de Serviço Social CFESS**); Marize Barbosa Freire de Lucena (**Associação Brasileira de Alzheimer ABRAz**); Maria Lúcia Secoti Filizola (**Pastoral da Pessoa Idosa PPI**) Ana Maria Ferreira Melo (**Pastoral da Pessoa Idosa- PPI**); Naira de Fátima Dutra Lemos (**Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia SBBG**); Rita de Cássia Gonzaga Martorelli (**Serviço Social do Comércio SESC**); Tereza Rosa Lins Vieira (**Associação Nacional de Gerontologia do Brasil ANG**). Conselheiros (as) Representantes do Governo: Avelina Alves Lima Neta (**Ministério da Previdência Social MPS**); Cristiana Scorza Guimaraens (**Ministério das Cidades MCIDADES**); Feruccio Branco Bilich (**Ministério da Previdência Social MPS**); Magda Fernanda Medeiros Fernandes (**Ministério da Justiça MJ**); Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso (**Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão MP**); Renan Alves Viana Aragão (**Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário MDS**); Rogério Luiz Barbosa Ulson (**Ministério dos Direitos Humanos MDH**); Teresinha Alves Pereira (**Ministério da Cultura MINC**). O Presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH**, cumprimentou a todos e declarou aberta a 96ª reunião ordinária do CNDI, dando início com a aprovação e manifestação sobre a pauta, que foi enviada para todos antecipadamente. A conselheira **Maria Lúcia Secoti – PPI**, cumprimentou a todos e pediu para inserir na pauta, a avaliação do encontro técnico, e a apresentação da capa da edição comemorativa. A conselheira **Tereza Lins –ANG**. Colocou que ficou deliberado a algumas reuniões atrás, sobre o curso de capacitação para os novos conselheiros ressaltou, que como o tempo é curto, a apresentação seria feita no dia seguinte, no período da manhã, antes da posse e que seria apresentado pelo coordenador geral do grupo de Dr Amin, a primeira parte. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** propôs uma inversão do item 4º que foi reiterado pela **Coordenação CNDI - Eunice da Silva**, que frisou a importância da inversão da pauta com relação a aprovação dos resumos, antes de falar sobre a 5ª conferência, tendo em vista a quantidade de



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Resumos para serem aprovados, sugeriu, que logo após os informes, passasse para a aprovação dos resumos. A conselheira **Maria Lúcia Secoti – PPI** fez uma ressalva, sobre ao assunto da pauta da conferência, disse que a discussão seria rápida, sugeriu a manutenção da pauta. **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH**. Diante das colocações manteve os informes, passou para os Informes da presidência, destacou sua participação em uma conferência, que houve no Estado de Tocantins, o seminário sobre a pessoa idosa, na perspectiva do envelhecimento ativo e saudável, em uma política intersetorial, enfatizou que foram discutidos vários temas antigos e atuais. Destacou, que isso faz parte do trabalho de todos, que a presença do CNDI nesses tipos de eventos, a divulgação e a propagação daquilo que vem sendo feito, são importantes para se atualizar e ouvir, tudo que vem acontecendo com essa população vulnerável, que nós temos no nosso país. Que realmente foi muito importante. Passou para os informes dos Conselheiros: a conselheira **Magda Fernandes – MJ** cumprimentou a todos e informou que o CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional), chamou uma série de conselhos, para fazer uma proposta de manifestação interconselhos, e está chamando de plenária popular interconselhos. No primeiro momento, o CONSEA chamou os conselhos mais próximos ao seu objeto, questão de segurança alimentar e depois fez a ampliação para os conselhos, e convidou o CNDI. Informou que participou, primeiramente como representante do CNPI, onde exerce o cargo de secretária executiva, depois foi representando informalmente o CNDI, e trouxe as informações. Que a ideia era que se realizasse no dia 27 de novembro, local a definir, a princípio seria no museu nacional, que os detalhes constavam na nota técnica. Que a proposta seria uma plenária popular interconselhos, para reunir os conselheiros da sociedade civil, de preferência, porém aberto aos conselheiros governamentais como interação. Que a ideia era construir uma carta, essa carta vai seria amplamente divulgada para os conselhos. Até para os conselheiros assinarem como conselho, e depois seria entregue para a equipe de transição do presidente eleito, para apresentar essa pauta como políticas consideradas estratégicas. que a ideia de se fazer nesse dia 27, ainda seria confirmada, mas a princípio seria naquele. Que como o CONSEA tem uma plenária agendada naquele dia, a ideia seria que todos os conselhos que quiserem aderir, participassem com suas contribuições ou com sua totalidade, para elaboração dessa carta que seria entregue não com as perspectivas de uma pauta específica, mas de uma pauta ampla da democracia e da participação social. Informou que passaria a nota que traz a justificativa, que se o CNDI entendesse interessante participar, veria como fazer. A Conselheira **Maria do Rosário – MP** perguntou se os demais conselhos principalmente os conselhos que fazem parte do ministério dos direitos humanos, já haviam sido contatados, informou que o conselho dos direitos da mulher estava havendo uma mudança da coordenadora geral, que se o contato fosse por e-mail talvez houvesse alguma dificuldade na comunicação. A conselheira **Magda Fernandes – MJ** respondeu que o conselho nacional dos direitos humanos, estava lá, porque foram chamados os secretários executivos de cada conselho, o do idoso ela estava representando, que outros conselhos do Ministério dos Direitos Humanos como CONANDA, participou e que o CNDM não estava na última reunião, o conselho LGBT não estava naquele momento. Que haviam sido feitas algumas indicações que seriam



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

importantes a participação, mas naquele primeiro momento eles não chegaram a participar da reunião. A conselheira **Maria do Rosário -MP** informou que, o conselho nacional de combate à discriminação LGBT, estava em reunião e que podia aproveitar e avisar, também pediu esclarecimentos sobre a sugestão dada sobre um grupo, uma comissão para participar? Por que seria presencial. A conselheira **Magda Fernandes MJ** explicou que a proposta seria que a carta fosse validada pelo conselho, antes do evento, porque nem todos os conselhos teriam mobilidade para levar todos os conselheiros. Provavelmente esses conselheiros seriam representados, que um ou outro iria ter participação de todos. Expôs que as representações, iriam com o “aval” do conselho, do pleno, e que não iriam assinar sem o pleno, que não seria o inverso. O Conselheiro **Bahij Amin Aur – OAB** pediu uma parte. Frisou que seria extremamente importante esse evento, e como haveria uma passagem para os novos membros do conselho, inclusive nova presidência etc., que isso fosse passado para o próximo presidente eleito do conselho para garantir a participação do conselho. Frisou ser importante não haver omissão do CNDI, sobretudo diante desse quadro que temos no país, que a Eunice, deve manter isso em dia para entregar e ser processado pelo futuro presidente. **SOLICITAÇÃO:** Eunice manter a presidente informada sobre o assunto. Dando continuidade a conselheira **Tereza Lins – ANG** informou que teve ciência, sobre o termo de referência do edital 01 de 2018 da Unesco, consultores especialistas na modalidade produto, e que havia sido feita seleção sem o conhecimento do conselho, e que as pessoas que haviam sido selecionadas e estavam tendo dificuldades para entrar em contato com os conselhos municipais, da capital, estadual. Lembrou que na reunião da diretoria ampliada, foi chamado o diretor para explicar, o andamento dos prodocs, e esse prodoc na ocasião já estava sendo separado, que após as inscrições tinham 60 pessoas que dividiam alguns grupos, e que a comissão tinha decidido que seriam escolhidos 5 finalistas de cada linha, que foi perguntado quando que se levantaria isso, e se voltaria para o conselho ao que foi respondido: que se levantaria em uma semana, e que voltaria para o conselho, e que o conselho avaliaria as inscrições. Porém, chegando em Brasília, se encontrou com uma pessoa que é vice-presidente de um conselho, que relatou sobre as dificuldades que essa pessoa estaria encontrando, e que isso estava na rua. Sendo que o conselho não teve conhecimento, não selecionou, e as pessoas não sabiam o que fazer, que estavam tendo dificuldades porque os conselhos não queriam colaborar. Que se pergunta: se não estava saindo do conselho, ficaria mais difícil, que o diretor afirmou que voltaria para o CNDI então fica a pergunta “ quem é o CNDI para ele? ” ou então para quem se fez isso? Que para a plenário não veio, e isso já estaria acontecendo, a seleção e tudo mais. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** colocou que, sobre esse assunto seria feito um levantamento, para se verificar o que seria possível fazer daí para frente. O Conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** relatou que na reunião dos grupos temáticos, do dia anterior, discutiu-se a questão do curso, que foi para a UNB, e o valor que teria sido pago para a UNB fazer um curso, e que na reunião passada, onde não participou foi discutido no pleno, e decidido que esse dinheiro deveria ser devolvido, e que isso estaria no relatório da comissão, que precisaria verificar se o curso havia sido executado . Colocou também, que a comissão inseriu no relatório algumas sugestões sobre o trabalho



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

da secretaria, sobre ter um plano orçamentário, sobre como seria feita a execução para que o Conselho pudesse cobrar. A conselheira **Tereza Lins – ANG-** explicou que o assunto tratado era sobre o prodoc da Unesco, sobre os 4 termos de referência, tratado na reunião da diretoria ampliada, sendo que um termo era para contratação sobre o mecanismo monitoramento das conferências, e os outros não se lembrava. Que no caso a ideia inicial, seria apoiar os conselhos, que seria uma ação de apoio aos conselhos estadual e municipal, e aí as coisas tomaram um outro rumo, frisou que estava falando do prodoc, que não tinha nenhuma relação com o fundo. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** explicou que o conselheiro Luizão estava falando, sobre o curso deliberado de 70 horas, que foi feito de 40 horas e o conselho não aceitou essa modulação, que tratava-se de um dinheiro do fundo que teria que ser restituído, e que as providências estavam sendo tomadas, e que já havia conversado com o pessoal do ministério, para ver como se faria isso, e que o assunto seria solucionado, porque esse dinheiro havia saído do fundo estava se estudando uma forma para devolvê-lo ao fundo, que havia entendido que era sobre isso que o conselheiro Luizão estava perguntando. A Conselheira **Tereza Lins – ANG** perguntou sobre a situação dos 4, prodocs. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson –** Respondeu que iria verificar a informação. A conselheira **Maria Lúcia Secoti – PPI** se pronunciou, como comissão de articulação e comunicação social, frisou que além dos temas que o Luizão trouxe sobre curso, que teria a devolução do dinheiro, esclareceu que o tema que a conselheira Tereza levantou sobre o prodoc já estava na fase de contratação dos consultores, e que ambos tinham um ponto em comum, o colegiado não ficou sabendo, e que a comunicação entre as comissões e principalmente do colegiado era necessária. Enfatizou, que o assunto abordado pelo conselheiro Luizão também era pertinente, porque foram assuntos tratados na plenária, principalmente esse que o conselheiro Luizão falara, sobre o cancelamento do curso, a devolução do dinheiro e tudo mais, bem como o assunto levantado pela conselheira Tereza estava acontecendo a mesma coisa. A coordenadora- **CNDI Eunice da Silva** –informou que no dia 18 de setembro, foi feita uma reunião com a conselheira Adriana- **CONTAG** juntamente com o Secretário, e a coordenação de projetos para esclarecimentos de dúvidas, sobre a não classificação da sua instituição no projeto. Que foram dadas todas as respostas e esclarecimentos, sobre as dúvidas que a conselheira havia levantado em plenária. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** perguntou se estavam dando os informes ou discutindo assuntos, porque sobre os assuntos levantados que queria fazer uns comentários que estavam rolando a três anos. A conselheira **Claudia Maria Bere – AMPID-** Enfatizou que as colocações do Luizão eram pertinentes, que os conselheiros deveriam informar que o fora distribuído para as comissões, seria objeto de discussão no período da tarde, e que aquele momento era para informe dos conselheiros, não era para informe da comissão. Que o conselheiro deveria informar se participou de algum evento, ou alguma questão assim, que não se tratava de informes das atividades gerais do conselho. A conselheira **Maria Lúcia Secoti – PPI-**Pediu licença para fazer uma homenagem, porque no dia anterior teve um aniversariante 80+ o presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH-** Afirmou estava na pauta a prioridade 80+. A conselheira **Maria Lúcia Secoti PPI** – em nome do colegiado parabenizou o vice-presidente Amin, que fizera aniversário no



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

dia anterior. E convidou a todos para um momento de felicitação ao Dr. Amin. O Conselheiro **Bahij Amin Aur – OAB** –discursou e disse que o tempo faz isso. Que não se tratava demérito, que o fato de ter feito mais um aniversário significava que ele alcançara mais ainda sua longevidade, que nunca pensou que chegaria tão longe. Disse que a única vantagem seria que serviria de mascote. Agradeceu a lembrança. A conselheira **Claudia Maria Bere – AMPID**-Fez uma correção as colocações do Dr Amin, disse-lhe que não se tratava de servir como mascote do conselho, mas sim de Guia. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** falou sobre o empoderamento da pessoa idosa, que entendia que a cada ano a pessoa fica melhor, porque melhora os conhecimentos, o aprendizado e melhora no ensinamento, enfatizou que aprendeu muito com o Dr Amin, e que queria aprender muito mais. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** encerrou os informes passou para o relato da *comissão de planejamento e organização da 5ª conferência*. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** pediu a palavra, justificou por não ter conseguido acompanhar todos os trabalhos, por motivo de Luto, pela perda de sua esposa, e por isso perdeu muitas informações no meio do caminho. E as conselheiras Tereza, a Lucia, Rosário ou mais alguns conduziram os trabalhos ao que agradeceu. A conselheira **Tereza Lins – ANG** expôs que saiu a resolução, que houve alguns problemas em relação ao formato, mas saiu a resolução. Também informou sobre outras reuniões que haviam sido feitas com a participação de três conselheiras. Passou a palavra para conselheira Rosário. A conselheira **Maria do Rosário – MP** colocou que, a minuta de decreto foi discutida por todos os membros da comissão, aprovada e encaminhada para a secretaria para assinatura e encaminhamento para a presidência da república para assinatura, que o decreto ainda não havia sido assinado pelo presidente que não tinha nenhuma informação sobre como estava a questão do decreto. O decreto não fora publicado ainda e existia uma preocupação sobre isso. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** informou que o decreto já estava com o presidente para ser assinado. A conselheira **Maria do Rosário – MP** – perguntou se havia alguma pendência e reforçou o que fora dito pela conselheira Lúcia sobre a questão da comunicação. Frisou, que existe um conselho cuja função primordial é o controle social, mas que ele também era parceiro para implementação da política para a pessoa idosa. Que seria muito importante que a secretaria não visse o conselho como inimigo. Colocou que a comissão teve muita dificuldade na comunicação. Enfatizou que comissão fez um trabalho, uma minuta, e teve um e-mail de alguns conselheiros que não concordaram com os encaminhamentos que a comissão tomou, mas isso estava decidido, pois a comissão tinha o papel de planejar e organizar a conferência, bem como propor uma minuta de decreto, tratar dos critérios de seleção dos delegados, providenciar todo o normativo. Que na reunião da diretoria ampliada restou decidido que a comissão faria as propostas e depois de aprovada, pelos membros da comissão, seria enviado para a secretaria. Que havia sido feito o encaminhamento, e não houve retorno, sobre o encaminhamento que a secretaria estava dando. Que isso era muito ruim! Observou, que talvez essa dificuldade de comunicação se desse pelo fato de que o Secretário da Secretaria também ser o Presidente do Conselho, e no entendimento da coordenação do conselho e dos membros da secretaria houvesse essa confusão “uma vez que eu falei com



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

o Rogério está tudo certo por que ele é o presidente ‘’, e na verdade não é. Ressaltou, que na nova gestão o presidente não será um governamental, e mais ainda essa relação teria que ser estreitada. Explicou sobre os critérios usados para definição dos delegados, que foi feita uma fórmula de cálculo, que usando a Pnad a quantidade de pessoas idosas por estado, que no primeiro momento deu uma diferença muito grande entre os estados, por exemplo São Paulo ficava com um número de delegados muito maior. Diante disso adotou-se o critério para fazer um embasamento, de número e mínimo número máximo dos estados, para que não ficasse uma diferença muito grande. Falou que a resolução havia sido publicada, estando pendente a liberação do decreto, que isso preocupava porque o novo presidente, poderia revogar o decreto, que nesse caso seria melhor conselho ter essa garantia, que seria preciso que a Secretaria, o presidente do Conselho, se articulasse com a casa civil para agilizar o processo. O conselheiro **José Aureliano Ribeiro COBAP** – Perguntou para conselheira Maria do Rosário, sobre qual seria o desentendimento entre governo e a sociedade civil? A conselheira **Maria do Rosário – MP** esclareceu que não se tratava de desentendimento, mas de falta de comunicação entre a secretaria da pessoa idosa, e o conselho nacional dos direitos da pessoa idosa, em especial com a comissão de articulação com o conselhos e comunicação. Que o papel daquela câmara, seria tratar de todos os assuntos de comunicação do conselho para com a secretaria ou para fora, que isso incluía o que estava publicado no site, o que tinha no facebook; quais ministérios seriam contatados, e isso já teria sido relatado a Eunice várias vezes. A conselheira **Tereza Lins – ANG**, expôs sobre a necessidade de o conselho saber se o orçamento para conferência está garantido, uma vez que o orçamento da secretaria seria pouco em relação ao valor que se gasta em uma conferência. Que precisa saber sobre o orçamento. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** afirmou que o recurso seria disponibilizado, e que para o ano que vem a previsão orçamentária será maior, para Secretaria. Que a Secretaria iria verificar com precisão, e passar para o conselho, e depois teria que se preocupar com a possibilidade ou não da realização. A conselheira **Tereza Lins – ANG** - Frisou que a informação seria necessária porque a comissão de comunicação teria que convidar palestrante, e para isso precisaria saber o quanto tem, para saber o quanto vai gastar, e o que vai oferecer. Inclusive aquele curso, que foi comentado sobre educação superior, que seria uma oficina, e por isso precisaria saber sobre o orçamento. A conselheira **Maria Lucia Secoti – PPI** complementou que conversou rapidamente com a conselheira Magda sobre a resolução e definição dos delegados, no início da manhã, e esclareceu para todos, que durante o encontro técnico teve uma mesa redonda, onde a conselheira Tereza coordenou juntamente com o Rogério, sobre a conferência, que foi assumido o compromisso que entregaria até dia 13 de setembro todo esse material que estava na resolução de composição da comissão organizadora e planejamento da conferência, que havia pouco tempo, então foi feito esse finalzinho tudo por e-mail. Expôs que com relação a resolução da conferência, o número de delegados houve a questão da comunicação, porque que faltou o acesso às informações, e a comissão não tinha os arquivos das conferências anteriores, e só conseguiu o material em cima do prazo. Que manter a memória do conselho, a memória das conferências seria uma questão importante. Explicou que para definição do número



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

dos delegados a Comissão se utilizou das informações da 4ª conferência, da 2ª e da 3ª conferência e não foram suficientes. Então, pegou um limite máximo de delegados da conferência anterior, que foi de 600 delegados, e tirou 1% e chegou-se ao número mínimo de 6 delegados. Que como conselheiros, somos multiplicadores, se surgir alguma dúvida ou preocupação vocês saberão explicar o porquê da diferença de número de delegados na região norte, com exceção do estado do Pará. Frisou, que houve uma preocupação em fazer essa média, baseando-se nas outras conferências. Novamente enfatizou sobre a importância da secretaria executiva do conselho, arquivar as informações, e que o ruído na comunicação tem atrapalhado muito o trabalho da comissão. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** Disse que cada conferência tem uma linha, que a primeira vez não tinha que ser igual a segunda, a terceira igual a segunda. Que nessa questão de corrigir, foi apresentada uma proposta para cada conferência. Que quanto ao orçamento, a Secretaria apresentará uma proposta orçamentária do que pode fazer, e se não tiver, como o conselho poderá ajudar? Isso foi o que fora feito nas últimas conferências. Colocou outra questão, que seria a entrada de outro Secretário que poderia mudar tudo, e o conselho iria cobrar. Sobre a comunicação, expôs que a Secretaria completou um ano em outubro, que seria necessário corrigir tudo aquilo que não estava correto para começar a caminhar a passos certos. Que essa nova gestão que está vindo, possa dentro de todos esses critérios apontar as coisas certas para fazer. **Bahij Amin Aur – OAB** Observou, que ouviu com atenção, todas as manifestações acerca da conferência, que acompanhou bem o trabalho da comissão e ficou na interlocução. Com relação aos critérios, fez a colocação porque achou que estava meio padronizado, que aquele negócio de haver o mesmo número para estados tão diferentes, mostrava que não tinha sido um critério muito científico. Que a comissão usou um critério bom e que deveria prevalecer porque foi bem formulado. Ressaltou, sobre a necessidade de a Secretaria estar muito afinada com o conselho na realização da conferência porque o Conselho delibera, e cada um vai para o seu lado, e quem fica no dia a dia, para pôr em funcionamento as deliberações do conselho é a secretaria e seus órgãos. Frisou, que o próprio decreto que organizou o ministério, dá a função de secretaria executiva do conselho, para a toda a secretaria. Que a secretaria inteira, tem a função de secretaria do conselho, e é só uma questão de ir afinando. Ressaltou, que o fato mencionado, de haver a identidade do presidente como secretário, as vezes poderia criar uma certa confusão, porque quando o secretário fica sabendo, ao mesmo tempo o presidente fica sabendo que é a mesma pessoa, e talvez esqueça de passar para os demais conselheiros a informação, mas que a secretaria é muito jovem, e seria uma questão de ir afinando, e como a presidência vai caber a alguém da sociedade civil, mais atenção vai ser necessária, para manter uma articulação e um bom trabalho em conjunto. Quanto a questão do orçamento, já está feito o orçamento da união, os recursos já estão partidos pelos recursos do ministério etc. O que precisa é um detalhamento cuidadoso, para que haja a reserva e utilização adequada. A secretaria é que vai ter que fazer esse acompanhamento orçamentário para viabilizar a realização da Conferência. O decreto, é importante e foi bem mencionado, tudo que puder ser feito agora, antes do dia 31 de dezembro, deve ser feito, qualquer que seja o presidente eleito, ele não deve encontrar uma página em branco,



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

ele deverá encontrar uma página escrita, fica a ele o ônus de mudar o texto do que estiver escrito. Se entregamos uma página em branco, ele fará o que quiser, inclusive deixar em branco e não sair decreto nenhum. Então, vamos fazer sair esse decreto. E outro aspecto é sobre os consultores que foram selecionados, para a produção do dia do anual, do texto básico etc., da conferência. É preciso criar uma sistemática de articulação desses consultores, se não for possível com o conselho pleno, que tenha uma pequena comissão de conselheiros, que fique para o próximo presidente essa incumbência de zelar pela articulação com esses consultores. Do contrário, poderá sair algo que não tem nada a ver com o pensamento do conselho. Que tendo em vista o fim da gestão tem que se deixar para os novos conselheiros, o caminho aberto, e um deles talvez seja o principal, e de muita relevância é a realização da 5ª conferência, então vai ficar essa grande missão para o novo conselho que tomara posse amanhã. A conselheira **Maria do Rosário – MP** falou sobre a questão orçamentária, não especificamente, em relação a conferência. informou que no dia da reunião da diretoria ampliada foi verificada a questão do orçamento para 2019, um projeto de lei do orçamento para 2019, foi entregue no congresso no dia 31 de agosto. A ação orçamentária da secretária é a 218Q, e seria importante contatar os deputados para conseguir emenda. Que o valor está em um milhão e meio, de recursos para o ministério dos direitos humanos, e quatro milhões do recurso do fundo. Que essa ação é para toda a Secretaria, para tudo o que a Secretaria fizer, que não estaria incluído o pagamento de servidor. Mas para qualquer atividade da secretaria, essa seria a previsão orçamentária, solicitou que se puderem indiquem deputados para que façam emendas, e será muito bem-vinda para a política da pessoa idosa. A conselheira **Tereza Lins ANG** -Frisou que além do prazo muito curto, teve muita cobrança no encontro com os conselhos estaduais. A conselheira **Maria Lúcia Secoti – PPI** respondeu à pergunta feita pela conselheira Naira sobre a data da conferência nacional, informou que está prevista para os dias de 11 a 14 de novembro de 2019, conforme resolução de nº 44.**Deliberação:** neste ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: 1) acompanhar para a assinatura do decreto pelo Presidente Temer saia antes do término de sua gestão; 2) acompanhar a contratação dos consultores para 5ª Conferência; 3) criar uma sistemática de articulação desses consultores, para que o trabalho saia de acordo com o pensamento do conselho; 4) melhorar a comunicação entre a secretaria e o conselho; 5) publicar e arquivar todo material da conferência. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Passou a palavra para a conselheira Magda falar sobre a *atualização do regimento interno*. A conselheira **Magda Fernandes – MJ** Expôs que acredita que o regimento interno não seria discutido na gestão que se encerrava. Mas, que o trabalho foi feito, que houve uma atualização em cima do decreto 9494 de setembro, que atualiza a composição, que bateu exatamente com a nossa proposta, que tem um dispositivo, que trata da questão da suplência dos órgãos governamentais, onde cada órgão governamental tenha seu suplente, e o decreto abre a possibilidade de que o Ministério dos Direitos Humanos, possa convocar qualquer suplente para cumprir, independente da pasta que ele estiver. E nos demais, uma questão que mexe um pouco com a secretaria executiva, porque o decreto trás o ministério dos direitos humanos como apoio. Contudo, é uma proposta fruto dessa gestão, e precisa se verificar como levar essa mesma proposta para nova gestão que está



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

chegando. Que é uma questão que só eles, só os novos iriam avaliar ou não, essa questão do regimento. A proposta foi atualizada, mas é uma proposta. A conselheira **Maria do Rosário – MP** Ressaltou, que assim que o decreto 9494, foi publicado, entrou em contato com o Fábio Bruni dizendo que o decreto estava colocando de novo, mais uma vez o nome do conselho como conselho nacional dos direitos do idoso, e que precisaria ser retificado. Que o Fábio disse que ia verificar então solicitou **que ficasse registrado em ata, que solicitem a alteração no texto do decreto 9494, para corrigir o nome do conselho**, porque o nome do conselho, foi alterado por uma lei e que não fazia sentido o decreto mudar o que está escrito na lei, apesar de que o decreto 9494 alterou a Lei 5159 que constava o conselho do idoso. E concordou com a opinião Luizão de que a proposta de alteração do regimento, fique para a próxima gestão do conselho. A conselheira **Claudia Maria Bere – AMPID**-Concordou com as colocações da conselheira Magda sobre e passar o trabalho de uma gestão para outra, porque o trabalho não é de pessoas, ou de um grupo, mas é do conselho. Relatou que nessa transição seria favorável que alguns dos conselheiros, tanto da sociedade civil quanto do governo continuassem, mas é um papel fundamental da secretaria e da coordenação. Que a secretaria é muito nova, então seria uma boa oportunidade de começar bem, em relação a guardar a memória de tudo. Não só das reuniões, como os ofícios que o conselho manda, e recebe, entende que é prioridade dentro da secretaria, manter a memória do trabalho feito para ser passado para próxima. Que independente de mudança ou não da equipe deve haver continuidade. E o conselho, mesmo mudando os conselheiros tem que ter continuidade. Quanto a análise do regimento, na execução da conferência, e uma série de outras questões que elas não se resolveram, nesse mandato, que gostaria de deixar isso ‘bem frisado’ que como a secretaria é nova, ela deve começar com isso arrumado, bem organizado. A conselheira **Maria do Rosario – MP** ressaltou sobre a importância de se manter atualizado o site, com o material, o edital da conferência e toda a documentação; a composição do conselho, as atas, é importante colocar no site. Por que o conselho não é do governo, ele é governo e sociedade. Tem que ter transparência para mostrar isso dentro da sociedade. Que para não se perder esse material é importante guardar o trabalho, e outras coisas disponíveis na internet, no diretório e da rede do ministério. **Deliberação:** neste item, o Plenário recomendou: 1) dar continuidade aos trabalhos pela nova gestão -sobre a proposta de alteração do regimento; 2) solicitar a alteração no texto do decreto 9494, para corrigir o nome do conselho, para constar: conselho nacional dos direitos da pessoa idosa. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** deu sequência à pauta e passou para a *capa da edição comemorativa dos 15 do estatuto do idoso*, dando a palavra para a conselheira Lucia Secoti. A conselheira **Maria Lucia Secoti – PPI** explicou que essa capa foi feita em cima das considerações, agradeceu a conselheira Tereza, a Bernadete e a Rosário por terem contribuído com as colocações, ao chefe de gabinete Paulo que muito ajudou nessa missão, que vem desde fevereiro. Agradeceu ao Cleber o designer voluntário que desenvolveu a arte da capa da edição comemorativa. Explicou sobre as cores utilizadas na logomarca. A conselheira **Maria do Rosario – MP** Ressaltou, que, no computador não dá para ver qual é a cor real que a cor é a tifani. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** colocou que achou a arte perfeita. **Epitácio Luiz**



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Epaminondas – SINTAPI falou sobre sua dificuldade em ler escrita na cor branca. A conselheira **Maria Lucia Secoti – PPI** explicou que não é branco que é um tom cinza que quando for imprimir vai ficar na cor prata. E que a questão do símbolo é replicando a própria logo do conselho, que naquele momento seria importante que marca a logo do CNDI, que é bonita, ficasse destaque. E na contracapa, foi uma sugestão dada pelo Paulo, colocou-se o CNDI bem grande, que é o conselho nacional dos direitos da pessoa idosa, e o disque 100 para poder divulgar. Explicou que a princípio o Paulo estava tentando colocar no site, o digital que não tinha a diagramação, que seria colocado o nome de todos os conselheiros, porque o CNDI é todo um colegiado, o nome do titular e suplente, bem como a entidade que representa. E uma outra coisa que vai ser colocado dentro desse perfil, é a história do conselho. Que a comissão esperava que todos tivessem gostado, e que ainda que um pouco tarde se comemore os 15 anos, dessa importante conquista para todos nós brasileiros. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Colocou em votação a apresentação da capa, e todos concordaram. A conselheira **Tereza Lins – ANG** Lembrou que o conselho tinha dado um voto de confiança, para a comissão fazer o trabalho. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Ressaltou, que estamos numa democracia e seria importante a votação e a capa foi aprovada por unanimidade. Parabenizou a equipe que elaborou o trabalho. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** registrou que houve uma demora para se fazer o trabalho que isso ocorreu por falha na comunicação. Que é importante trabalhar essa questão da comunicação, para que se faça as coisas de uma forma mais correta, que deseja que a secretaria trabalhe unida com o conselho na efetivação dos trabalhos.

DELIBERAÇÃO: 1) Aprovada a capa comemorativa por unanimidade; 2) Eunice manter as informações da história do conselho. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH**. Passou para o próximo tema, que seria a aprovação dos Resumos Executivos das reuniões 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º e 95º, afirmou que todos receberam o material e tiveram a oportunidade de ler. Abriu a oportunidade para manifestação sobre o material enviado. A conselheira Tereza Lins – ANG colocou que deveria haver a leitura dos resumos. Que no caso só haviam sido enviados três resumos que foram o da 94, 95 e por último chegou a 88. A coordenadora do CNDI Eunice da Silva – explicou que foram enviados os resumos das reuniões :86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º e 95º e a conselheira Tereza Lins – ANG afirmou que não recebeu o material. A coordenadora do CNDI Eunice da Silva – informou que as contribuições recebidas pelos conselheiros, foram inseridas e que os resumos foram disponibilizados. A conselheira **Maria do Rosario – MP** afirmou ter recebido alguns e-mails, não com todos esses resumos. A Coordenadora do CNDI Eunice da Silva - esclareceu que teve um resumo que fora terminado no domingo as 15:00 horas e esse foi o último enviado. A conselheira **Maria do Rosario – MP** disse que iria verificar, e achava que havia recebido. A Coordenação CNDI- Eunice da Silva-Colocou que por orientação do Dr Amim haviam sido impressas 4 cópias de cada Resumos, e que estavam disponíveis também para projeção, e o conselho poderia decidir a melhor forma de apresentação dos Resumos. A conselheira **Tereza Lins – ANG**- solicitou que ficasse registrado em ata, que a ANG não havia recebido os resumos. A Coordenação CNDI Eunice da Silva –se prontificou a resgatar os e-mails



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

enviados com os resumos. A conselheira **Tereza Lins – ANG** reafirmou que recebeu o resumo 94º, a 95º que enviou as contribuições e a 88 recebeu no domingo. **Eunice da Silva – Coordenação CNDI** Explicou que os resumos 94º e 95º que a conselheira Tereza fez referência, teriam sido enviados por e-mail que seriam os resumos dos anos de 2018, que foram enviados primeiro, e depois foram enviados os antigos, conforme foram sendo concluídos e revisados. A conselheira **Tereza Lins – ANG-** lembrou que haviam sido enviadas algumas atas e a apresentação deveria ser resumo. **Eunice da Silva – Coordenação CNDI-**Esclareceu que as atas que estavam prontas, que não haviam sido aprovadas na última reunião, foram transformadas em resumo. Assim, todo material enviado trata-se de resumo, sendo a maioria referentes a reuniões ocorridas no ano de 2017 e que os outros conselheiros poderiam se manifestar. A conselheira **Tereza Lins – ANG-** Reiterou que só assinaria se fosse lido e que a ANG só havia recebido os resumos 94º, 95º e a 88º. Ressaltou, que foi feito um resumo executivo muito grande, e que foi sugerido que se seguisse o modelo enviado na 95ª RO, do ministério da saúde, que era simples, qual era o ponto a deliberação e quem era que tinha enviado. Que o fato de colocar a fala da pessoa, teria que corrigir a fala. Registrou que conselheiro não poderia aprovar ata sem ler. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Perguntou se mais algum conselheiro não havia recebido os resumos técnicos? Porque havia conversado com outros conselheiros e todos confirmaram o recebimento, pediu que ficasse registrado, que pelo visto houve um problema pontual, porque os outros receberam. Frisou que o conselho é soberano, e iria decidir se aprovaria ou não, que esse era o objeto dessa pauta. Enfatizou, que não deveria passar para outra gestão esse passivo, que havia sido feito um trabalho, um trabalho árduo da forma que foi possível, e o conselho deveria decidir se aprovaria ou não os resumos. **A coordenadora do CNDI Eunice da Silva** Perguntou aos conselheiros se fora aprovado o modelo de resumo? Afirmou que recebeu uma sugestão, e que seguiu as orientações dadas pela Secretaria Executiva do MDH para elaborar o trabalho, por ocasião de uma reunião feita com outros coordenadores de outros conselhos, para ajustar a conduta da secretaria, com as exigências dos conselheiros. A conselheira **Tereza Lins – ANG** ressaltou, que essas deliberações e atas, eram do ano de 2017, e que sem leitura, não poderia contribuir, que se não fosse lido o que estava escrito, não poderia assinar. A conselheira **Magda Fernandes – MJ** Enfatizou sobre a necessidade de dar continuidade a algumas coisas. Que muito provavelmente, esses resumos executivos, foram presenciados por quem estava presente, e que não estaria no futuro. Que teria que buscar uma alternativa, para encerrar., que se houvesse um posicionamento firme sobre não assinar que se fizesse a leitura para aprovação, mas que o importante é fosse resolvido. O funcionário **Matheus Dias – MDH** esclareceu que a conselheira Tereza Lins havia mandado para o CNDI o modelo de ata, o qual poderia ser trabalhado. Pontuou que na 95ª reunião ordinária, havia sido deliberado que a coordenação do CNDI faria todos os resumos que estavam em atraso, e apresentaria na reunião que ocorreria em outubro. Quanto aos resumos executivos, relatou que a coordenação havia buscado modelos de resumos que foram aprovados no período de 2017-2018, para elaborar os resumos a serem aprovados na plenária. Por fim, concluiu que todas as contribuições da ANG, e dos conselheiros que



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

havia enviado a coordenação, haviam sido inseridas nos resumos elaborados. A conselheira **Tereza Lins – ANG**: relatou que o posicionamento da ANG, era sobre a necessidade de leitura dos resumos executivos elaborados pela coordenação geral, para que estes pudessem ser colocados em votação, para aprovação ou não, dos conselheiros. A conselheira **Marize Lucena – ABRAZ**–Concordou com as colocações da Magda sobre o tempo que estava se perdendo com a discussão, enfatizou que o conselho não deveria desmerecer o trabalho feito, confirmou que todos haviam recebido os e-mails, inclusive a conselheira Tereza. Porque constava na relação dos e-mails recebidos. Pediu para que colocasse em votação a leitura ou a aprovação sem leitura. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** adiantou seu o voto pela aprovação, com restrições, por não ter sido seguida as recomendações e os critérios deliberados pelo conselho. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** colocou em votação: **1)** a leitura de todos resumos. Votação: votos favoráveis a leitura de todos os resumos: Maria Lúcia Secoti – PPI, Maria do Rosário – MP, Naira – SBGG, Terezinha – Mcultura, Rita Sanches- SESC e Tereza Lins – ANG - Por maioria de votos não houve a leitura dos Resumos. **2)**aprovação dos resumos (pedindo para que se manifestassem levantando as mãos). 12 conselheiros votaram favoráveis a aprovação dos Resumos, e dois se abstiveram (Tereza Lins – ANG e Renan Alves – MDS). Assim, restaram aprovado os Resumos por maioria de votos. A conselheira **Tereza Lins – ANG** Pediu que fosse lido o voto do Dr Amin. O conselheiro **Amin Aur – OAB** Declarou que aprovou com restrições, por não terem sido seguidos, os critérios deliberados pelo plenário do conselho. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Enfatizou que não colocaria a ressalva em seu voto, porque não ficou claro, qual critério que não foi seguido. A conselheira **Claudia Maria Bere – AMPID** Explicou o critério: que a ata tem que ser lida na reunião seguinte, e aprovada, que não foi lida, e nem foi aprovada na reunião seguinte. Então não foram seguidos os critérios regimentais, e fazer a leitura de diversas atas bastante longas, não seria recomendável. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** colocou que da forma que fora explicado pela conselheira Claudia, a ressalva deveria constar em seu voto. A conselheira **Maria Lúcia Secoti – PPI** frisou que na reunião 95ª, foi sugerido pela conselheira Tereza Lins, um modelo de Resumo Executivo para ser lido e gravado nos arquivos do CNDI. A conselheira **Tereza Lins – ANG**: Pediu que ficasse registrado em ata, que a ANG não assumiu que votou contra, mas quem não votou a favor da leitura, estava assumindo um ônus do que ia sair como deliberação, pois as deliberações eram importantíssimas. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** Colocou que tinha uma visão diferente, que os votos vencidos estavam rediscutindo a decisão da maioria que é soberana, assim, quem perdeu na discussão, deveria respeitar. Frisou que não daria para pegar todas as atas que ficaram para trás, e ler, mas recomendou que a próxima direção faça da maneira correta. O Presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** concluiu o assunto. **DELIBERAÇÃO: 1)** registro da conselheira Tereza Lins -ANG não recebeu os resumos assim. não pode aprovar sem ler.**2)**Votação: votos favoráveis a leitura de todos os resumos: Maria Lúcia Secoti – PPI, Maria do Rosário – MP, Naira – SBGG, Terezinha – Mcultura, Rita Sanches- SESC e Tereza Lins – ANG - *Por maioria de votos não houve a leitura dos Resumos* **3)**Votação: votos favoráveis a aprovação dos Resumos. **Total:12**



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

favoráveis duas abstenções: Tereza Lins Ang e Renan Alves – MDS. 4) votos declarados: conselheiro **Bahij Amin Aur – OAB** :Aprovo com restrições, por não terem sido seguidos, os critérios deliberados pelo plenário do conselho. Conselheira **Claudia Maria Bere – AMPID** :a ata tem que ser lida na reunião seguinte, e aprovada. Então, não foi lida, nem foi na reunião seguinte assim não foi seguido, os critérios regimentais, não tendo condições de se fazer a leitura de diversas atas bastante longas. **Maria Lúcia Secoti – PPI**: que foi deliberado na reunião 95ª, que seriam apresentados resumo executivo nos moldes sugeridos pela conselheira Tereza Lins, para ler resumidamente as deliberações para arquivo do CNDI. Conselheira **Tereza Lins – ANG**: que fique registrado em ata, que a ANG não assume que votou contra, mas quem não votou a favor da Não leitura, está assumindo o ônus do que vai sair como deliberação. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** aproveitou a presença do Chefe de Gabinete Paulo e solicitou para ele fazer um esclarecimento sobre ter ido a reunião solicitada pela Procuradora para tratar do assunto direito preferencias do idoso nos assentos dos ônibus. O chefe de **Paulo Rocha – MDH** esclareceu que fora até a procuradoria do governo federal, não na condição de representante do CNDI, mas como chefe de gabinete. Que a procuradora queria levar uma proposta aos conselhos, que a procuradora convidou o CONADE, o CNDI, e o conselho da juventude, porque são três conselhos que envolvem gratuidade no transporte interestadual. Que o Secretário que era o Presidente do Conselho não estava, e o tempo era curto e ela queria fazer essa discussão, para trazer essa mensagem ao Conselho, porque ela precisa resolver a questão das gratuidades, até o mês de dezembro. Que lhe foi avisado que haveria reunião do CNDI nos dias 24 e 25, e a procuradora pediu que o conselho recebesse essa mensagem antes da reunião, para deliberar algo em relação a essa questão. A conselheira **Tereza Lins – Ang** Lembrou que havia sido deliberado em plenário, que na ausência do presidente ou na impossibilidade do vice-presidente, comparecer a qualquer ato que o conselho fosse convidando, a conselheira Adriana representaria o conselho. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** frisou que o chefe de gabinete, foi na reunião na condição de mensageiro para trazer a mensagem para o conselho, e não na condição de representante do conselho. Disse que na condição de presidente do conselho, entendia como uma proatividade a questão de trazer essa mensagem, pediu desculpas ao conselho por qualquer ocorrência equivocada, durante o período que esteve presidindo. Agradeceu as colocações, as críticas e sugestões que foram feitas, e declarou encerrada a primeira parte da reunião. A coordenadora do CNDI **Eunice da Silva** -Informou que os trabalhos reiniciariam as 13:30h. No Período da tarde, as 13h30 o Presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** cumprimentou a todos, confirmou o quórum e iniciou os trabalhos com as apresentações dos relatórios, e notas técnicas das comissões permanentes, para deliberação. Como a comissão de gestão do fundo nacional do idoso, e comissão de orçamento e finanças não estavam presentes passou a palavra para a Comissão de articulação com os conselhos e comunicação social. A conselheira **Maria Lucia Secoti – PPI** relatou que a comissão preparou uma avaliação do encontro técnico ocorrido na última semana de agosto, e trouxe alguns dados. A participação no encontro, foi 70% da sociedade civil. que essa questão se refletira na avaliação feita pelos conselhos estaduais. Que 8% não era nem da sociedade civil nem



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

governamental, que eram pessoas que participaram do encontro, por curiosidade, querendo aprender. Que participaram também, alunas da UNB, para conhecer o conselho, e fazer uma pesquisa. Que a comissão achou interessante o fato de que a sociedade, independentemente de ser conselheiro, esteve presente no encontro. Com relação a avaliação do conteúdo apresentado 45,9%, quase 46% achou o conteúdo apresentado bom ótimo e regular, o mesmo percentual que avaliou o evento como ótimo, avaliou como regular, que esse dado chama a atenção. Quanto a Contribuição do evento 67,6% entenderam que o evento contribuiu no intercâmbio de experiências, com outros colegas e 32,4% responderam que as experiências estavam gerando mudanças, dentro dos conselhos estaduais. Isso é um dado importante, porque se esse intercâmbio não gerar uma mudança, ele fica mais no social, e esse é um dado que a comissão achou importante também para se trabalhar nos encontros técnicos, e entre os conselhos. A comissão trouxe algumas falas: *“Mais aproximação do CNDI com os conselhos estaduais; implantar o mecanismo com os conselhos estaduais; promover mais encontros com os conselhos estaduais, para discutir e aprovar as propostas exequíveis a nível nacional; a presença dos gestores dos Ministérios, pois os técnicos que falaram, trouxeram em suas falas, apenas suas posições, falas desarticuladas entre os ministérios, mesmo estando falando da pauta do idoso; quero que se fortaleça a comunicação entre os conselhos estaduais, e o CNDI; quero que o conselho responda formalmente, os nossos ofícios enviados para o CNDI; quero receber todas as deliberações do CNDI; a iniciativa foi muito positiva, considerando a pluralidade dos participantes, e a realidade de cada estado; seria muito difícil definir uma metodologia, diferente da já utilizada; a iniciativa foi ótima, mas deve ser mais encaminhada, e dar mais tempo para apresentação dos conselhos estaduais, com a finalidade de conhecer a realidade democrática nos estados; Apesar de todas as adversidades, o encontro foi dentro do planejado, Tudo foi dentro dos horários e pautas apresentadas; Com prazer voltarei nas próximas oportunidades; todas as propostas foram pertinentes; nunca havia participado, mas gostaria de parabenizar a equipe que fez o esforço, para realizar o evento; o CNDI está de parabéns, pelo evento realizado desde 2016. porém, penso que os conselhos estaduais deveriam ter espaço para dialogarem por mais tempo, ou seja, que na programação fosse reservado um dia, ou um turno, para os diálogos entre os presidentes, e que tivesse uma metodologia, com uma apresentação de uma matéria, discussão e apresentação de propostas.”* A conselheira Lucia relatou que foi feito um levantamento, de propostas, e que de forma geral foi muito positivo o evento. Enfatizou, que no final do encontro, a própria comissão colocou no novo regimento, a proposta de que, ao invés de se fazer duas reuniões descentralizadas, que se faça uma descentralizada e um encontro técnico. Que essa é uma proposta, que a comissão já lançou no regimento, para quando ele entrar para estudo, com certeza o novo colegiado irá debater essa questão. A conselheira Agradeceu a Unesco, e ressaltou que apesar de não poder colocar a logo da Unesco, foi também uma grande parceira para que o encontro fosse realizado. Ressaltou que essa foi uma avaliação breve, para que o conselho tivesse uma noção de como foi o encontro técnico. Falou sobre uma reunião realizada com a ASCOM, e passou a palavra para a conselheira Rosário apresentar. A conselheira **Maria do Rosário – MP** relatou que a comissão solicitou uma reunião com



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

a ASCOM. O motivo da comissão ter solicitado essa reunião foi porque se observou que no site do Ministério dos Direitos Humanos, o site novo, tinha se perdido muitas informações em relação ao conselho. E por outro lado, ainda tinham muitas informações constando o nome do conselho como conselho nacional dos direitos do idoso, e a comissão queria que se alterasse para conselho nacional dos direitos da pessoa idosa. Que estiveram na reunião, a conselheira Rosário e a Lúcia da comissão, a Eunice como coordenadora geral do conselho, e a Renata que trabalha na Secretaria, e o pessoal da ASCOM, a Janete, e o Tiago. Explicou que a Renata era assessora de comunicação da Secretaria, e a Janete era da Assessoria de comunicação do MDH, quem cuidava do site. Que levou as informações das telas impressas, com as observações das alterações, e que foi bom porque não tivemos acesso ao site, e não conseguimos visualizar. Observou, que grande parte das solicitações já foram feitas que ficaram algumas coisas pendentes, porque seria o caso da coordenação do conselho, fazer os encaminhamentos. Que a Eunice, havia enviado um e-mail encaminhando as solicitações, mas que até aquele momento, não tinham sido atendidas. As solicitações seriam: a publicação da listagem, da composição do conselho, os editais da conferência, as atas. Enfatizou que seria a hora de reforçar as solicitações, pediu para que os encaminhamentos fossem feitos para Eunice, e que ela tomasse as providências junto a ASCOM. Outro assunto que foi discutido na reunião, foi a questão do facebook do conselho. O conselho tinha uma página no facebook, e não se sabia quem tinha a senha, e que essa página do facebook, havia sido criada na gestão passada, pela secretaria. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** sugeriu que fosse criada uma nova conta do facebook. A conselheira **Maria do Rosário – MP** disse que a secretaria não tinha essa senha e era uma preocupação porque todo conteúdo era publicado em nome do conselho, e da secretaria, e o conselho não sabia com quem estava a senha. Que por solicitação da comissão a Eunice tentou entrar em contato com a ex Secretaria Socorro, com a Ana Lúcia, e com o conselheiro Crismédio, mas não obteve resultado. Sugeriu, que entrasse em contato novamente com a ex coordenadora Ana Lúcia, e que se não conseguisse a senha de acesso que se criasse uma nova página, ‘ ‘ cndi oficial ‘ ‘ ou algo parecido, e que essa senha, ficasse a cargo da Secretaria, e do presidente do Conselho, durante seu mandato, e que com a saída do presidente, que fosse passada para a próxima gestão. A conselheira **Maria Lúcia Secoti – PPI** complementou que segundo informações recebidas da ASCOM, criar uma conta, não seria o problema, a preocupação seria que a conta fora aberta no nome do conselho, e quem tinha a senha continuaria acessando. Frisou, que desde 2016, quando a comissão assumiu, vinha solicitado essa senha, sem resposta, e que a senha teria que chegar para comissão alterar e continuar mantendo a conta, porque a página tinha muitos seguidores. Que se registre essa preocupação, bem como que o encaminhamento dado na reunião, foi: solicitar a senha a ex coordenadora Ana Lúcia, em contato com a ex coordenadora, e com o conselheiro Crismédio que mesmo não sendo da comissão de articulação e comunicação, apoiava e ajudava a ex coordenadora Ana Lúcia. Relatou sobre a Ebapi, Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, que três ministérios compõe o comitê gestor e no decreto não constava o CNDI da forma que foi deliberado, que a comissão pediu que fosse feita essa alteração. Informou que haveria uma reunião, e como deliberado pelo



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

plenário, seria ela a representante da comissão da articulação para fazer esse acompanhamento. O conselheiro **Bahij Aminr Aur – OAB**- Enfatizou que o problema da rede social teria que ser resolvido, informou que recebia continuamente, do próprio Ministério dos Direitos Humanos, notícia dos vários conselhos, das várias secretarias, enfim tudo que estava acontecendo na área dos direitos humanos, e entendia que todos os conselheiros deveriam estar inscritos para verem que nunca saia notícia do CNDI.**DELIBERAÇÃO:** Que os encaminhamentos para publicações no site fossem feitos a Coordenadora Eunice e ela encaminharia para ASCOM. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** sugeriu um canal de comunicação dos conselheiros diretamente com a ASCOM, para que recebessem as informações. A conselheira **Maria do Rosário – MP** -Ressaltou que a comunicação dos conselheiros não poderia ser diretamente a ASCOM, que deveria passar pela comissão de articulação com os conselhos, e comunicação social essa faria o encaminhamento para a coordenação geral do conselho, que por sua vez que daria o encaminhamento para ASCOM, que essa observação fora feita na reunião pela funcionária da ASCOM, porque a ASCOM seria a responsável pela assessoria de comunicação do Ministério dos Direitos Humanos como um todo, e atendia a Secretaria com vários públicos, vários conselhos. Daí a necessidade, de que se passasse pela comissão, que encaminhe para a coordenação geral, e que faça o devido encaminhamento. A Coordenadora **Eunice da Silva** – pediu esclarecimento para Comissão sobre qual seria o encaminhamento a ser dado com relação a senha do facebook ? A conselheira **Maria do Rosário – MP**. respondeu que uma vez que foi enviado um e-mail em nome do presidente do conselho pra Ana Lúcia. Deve-se esperar até o dia 30 de outubro, se não tentar entrar em contato por outros meios. Muito provavelmente aqui na Secretaria, no departamento pessoal tem o endereço, telefone para contato. **DELIBERAÇÃO:** Aguardar a resposta do e-mail enviado para ex coordenadora Ana Lúcia solicitando a senha do facebook até o dia 30 de outubro, em não havendo resposta entrar em contato por outros meios. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** passou a palavra para a comissão de gestão do fundo nacional do idoso, e comissão de orçamento e finanças. A conselheira **Adriana – CONTAG** Cumprimentou a todos e passou a ler o relatório da comissão. Antes, porém o conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** informou que a comissão solicitou alguns materiais para secretaria que ainda não haviam sido entregues, que esperava recebê-los até o final de reunião para apresentar ao conselho. A conselheira **Adriana – CONTAG:** Explicou que a comissão elaborou notas técnicas e que o relatório será apresentado depois. *Nota técnica 1:-* a aprovação de constituição da comissão de acompanhamento dos projetos do edital 01/2016 para cumprir a exigência da nova lei. -Elaboração da portaria que dispõe, sobre o cadastramento de fundos do idoso, estaduais municipais e do DF. *Nota técnica 2:* aprovar e solicitar a ação do financiamento, para o módulo da pessoa idosa dentro da plataforma, como parte da proposta da escola nacional em direitos humanos que foi uma questão já discutida pela manhã, com relação a devolução dos R\$ 100.000,00. A nota 4 está no item 1. *Nota técnica 5:* aprovar o edital de chamada pública aos entes públicos, que foi o edital 01 de 2016. *Nota Técnica6:* propor revisão de arrecadação para a PLOA 2018 do fundo das fontes 180 e 196. *Nota Técnica7* deletou. *Nota Técnica8:* proposta de



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

alteração do regimento interno, subseção 3, artigo 20 e eliminar o artigo 36 e reorganização numérica de todo o regimento. Aprovação de recursos, para atendimento da linha F do edital 17 incluindo destinação adicional de R\$ 1.000.000,00. *Nota Técnica 9*: elaboração do edital de chamada pública nº 1 de 2018, que foi destinado a sociedade civil. Revisão do edital de chamamento público, para o termo de fomento, ainda referente ao edital 01 de 2018. Proposta da junção da gestão de comissão de fundo com a de orçamento e finanças, e nesse ponto nós temos uma recomendação que seja publicado, porque foi aprovado, mas não foi publicado ainda. *Nota Técnica 10*: proposta de revisão de arrecadação do PLOA 2019, do fundo das fontes 180/196. Foi solicitado ao conselho que a cada exercício financeiro seja apresentado um relatório de gestão, com a apresentação dos recursos orçamentários e também executórios. Ressaltou que essa questão fora levantada pelo Luizão no início da apresentação, informou que só foi passado o relatório orçamentário, mas os executados ainda não. Que a Kelly estava preparando. Que foi solicitado também ao CNDI um relatório sobre a entrega dos kits's. que já foi entregue e anexado na apresentação. Elaboração do edital de chamada pública, destinado aos entes públicos, e constituição da comissão de seleção para análise e aprovação das propostas apresentadas no edital de chamada pública nº 5 de 2017. Que essas recomendações iriam ficar para o relatório. Apresentou os anexos: primeiro foi a planilha orçamentária e está faltando a parte de execução com o que foi gasto, e como foi gasto. Logo abaixo tem o relatório da entrega dos kits's 2016, e segundo a Kelly são diferentes fornecedores. A maioria aí pelo que a gente pode perceber, parece que já foi entregue, mas alguns não estão constando no sistema, porque são fornecedores e produtos diferentes. Como a planilha é grande, está disponível. E por último a resolução sobre a doação dos kit's. **Marize Barbosa –Abraz** expressou preocupação em relação a questão dos kit's porque o CNDI não sabe como estava sendo feito o trabalho junto aos conselhos municipais de saúde, estaduais de saúde porque pela planilha consta que 100% foi entregue e a empresa não recebeu porque não registraram os conselhos dentro do sistema. Então qual trabalho que está sendo feito? A comissão vinha solicitando para que os conselhos estaduais colocassem dentro do sistema, para a secretaria, para que as empresas entregassem os equipamentos e os materiais. Se eles não receberam então porque, estava confirmada a entrega no sistema? e porque esta confirmação só pode ser feita dentro do sistema. Que precisava saber como está sendo conduzido isso, e como ajudar os estados a resolver essas questões. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** Colocou uma proposta sobre o recebimento do kit, colocou que em Roraima a concessionária ameaçou retirar o veículo porque não tinha recebido o pagamento. Que foi enviado o problema para secretaria. Passou a palavra para conselheira Lucia completar a informação. A conselheira **Maria Lucia Secoti – PPI** colocou que tinha recebido um e-mail da presidente do conselho estadual de Roraima, que é a líder da pastoral da pessoa idosa, que explicou para ela que quem coordenava a comissão era o Luizão e a vice coordenadora era a Cristiana. Que o e-mail fora enviado diversas vezes sem resposta. Diante disso ligou para Eunice e informou que a resposta dada pela secretaria foi com os dados de Rondônia e a questão era de Roraima. A Eunice pediu para a Kelly coordenadora de projetos responder a demanda. A Coordenadora do CNDI **Eunice da Silva** - pediu a palavra para



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

anunciar a presença da coordenadora de projetos **Kelly** para esclarecer algumas situações, ao qual agradeceu. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** colocou que cada comissão, tem seu trabalho e deve ser respeitado por todos. Frisou que só ficou sabendo do assunto, depois por e-mail e, uma vez que o assunto deveria ser tratado pela comissão dos fundos que houve uma falha de comunicação dentro do conselho e isso não deve acontecer. Ressaltou que tinha falado com a Kelly, que fora apresentada uma planilha bonita, bem-feita, mas para saber quantos kits haviam sido entregues teria que contar. Colocou que a Kelly explicou para comissão sobre a entrega de materiais por fornecedores diferentes. Que as pessoas recebiam e não dão entrada no sistema, e aí constava no sistema como não recebido. Uma outra situação seria que as pessoas não patrimoniavam os materiais recebidos, e senão patrimoniassem não teria como fazer o pagamento. Que existia a necessidade de acompanhamento, por alguém do conselho, e isso já havia sido aprovado pelo pleno. Enfatizou, que, só seria possível apresentar um relatório, se tivesse todos os dados. A conselheira **Maria Lucia Secoti – PPI** explicou que diante da solicitação que recebeu, no mesmo dia respondeu o e-mail informando que quem cuidava do assunto era a comissão do fundo e encaminhou o e-mail para o coordenador e vice coordenador da gestão do fundo nacional. Como não haveria reunião da diretoria ampliada naquele mês, informou que a próxima reunião seria no dia 26/09/2018 conforme calendário. Esclareceu que não avançou sobre a atribuição da comissão de fundos, ao contrário encaminhou para o coordenador, e para a vice coordenadora, e para diretoria ampliada, porque haveria a reunião para ser assunto em pauta. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** informou que sobre a destinação dos kits's, foi surpreendido com o envio de termos de doação para assinatura que alguém, sem o conhecimento do conselho, já havia redestinado os kit's que haviam sido rejeitados por um conselho estadual ou municipal, para outro município. Observou, que dentro daquele critério do município mais populoso, fora feito com o conhecimento e deliberação do conselho com o município de Guarulhos. Viu que havia outros estados, e outros municípios que estavam sendo destinados. Que como não tinha conhecimento desse procedimento, e nem tinha estudado o procedimento da comissão de fundo ou a diretoria ampliada, ou plenário do conselho, deixou de assinar os termos de doação, fora do conhecimento do pleno. A coordenadora **Kelly – MDH** explicou que as emendas não estavam inclusas no relatório que constava somente os kits's do fundo. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** colocou que estava se referindo aos termos que foi solicitado sua assinatura como testemunha, frisou que só assinaria se a matéria fosse de conhecimento do conselho. A conselheira **Claudia Maria Bere – AMPID** solicitou que a secretaria elaborasse de uma nova planilha para apresentar no dia seguinte junto com os demais relatórios, com um quadro dos que receberam, dos que receberam tudo, e dos que ainda não receberam, mas iriam receber, ou rejeitou. Um quadro com os conselhos estaduais que receberam, conselhos estaduais que rejeitaram, conselhos que estão esperando, aceitaram, mas não receberam, e capitais que receberam e capitais que rejeitaram, e para quem foram os kits's rejeitados. Para ter uma informação clara, simples bem como explicação sobre o que aconteceu relativamente ao pagamento, e qual é a dificuldade. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Passou a palavra para a



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

coordenadora de projetos **Kelly**. Coma palavra a coordenadora de projetos expôs que nenhum conselho havia recebido o kit na sua totalidade. Por que seriam vários fornecedores, que existia uma logística. O que entregaria um mobiliário de mesa, não seria o mesmo que entregaria a tv. O que entrega uma tv, não seria o mesmo que entregaria o computador. Que não tinha conhecimento de como fora feita esta contratação que se deu em 2015/2016 mas que recebera assim, e teria que dar prosseguimento, deu o exemplo da prefeitura do Rio de Janeiro prefeitura, que havia recebido o veículo, as três estações de trabalho, mas não recebera a longarina, a cadeira fixa, e não recebera a cadeira giratória. E que infelizmente, no período eleitoral não poderia cobrar o fornecedor, que foi enviada uma notificação para que no período eleitoral não fosse efetivada entregas. E passado esse período, no dia primeiro eles voltariam com as entregas. Esclareceu que o Estado de São Paulo foi o único que passou para o município de Guarulhos, os outros não foi dado prosseguimento. Informou que cuida da questão do kit, desde o início do mês de julho, e que viu que o Conselheiro Amin não tinha assinado. Que perguntou para a Graça que informou que haveria uma reunião para discutir isso, a questão de Maringá, Serra, Londrina, Campinas, Uberlândia ficaram parados, nem notificados foram ainda. Paraná quanto o estado, quanto a capital, e iria para Maringá e Londrina, Espírito Santo só a prefeitura. São Paulo desistiu os dois, e Minas Gerais, desistiu que iria para Uberlândia, e isso estava dentro da resolução. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** explicou que não havia erro no critério que foi fixado pelo colegiado. E que a falta conhecimento, foi a razão da sua não assinatura como testemunha. A coordenadora **Kelly – MDH** explicou como funciona a questão do pagamento, que o conselho beneficiário, ao receber o material tem que patrimoniar e colocar a foto no sistema SIC. que depois desse procedimento, o fornecedor envia a nota para a coordenação aí se faz a conferência do sistema SIC com a nota, e manda para pagamento. Explicou que não adianta fornecedor avisar que entregou o produto, se não estiver patrimoniado, não tem como saber se foi entregue ou não. Sobre a entrega, esclareceu dos veículos foi enviada a autorização para liberação dos veículos, mas que até aquele momento a Citroën não havia enviado as notas, e enquanto eles não mandarem as notas, não há como fazer o pagamento. Que os valores estão empenhados, porém, não foram pagos. Afirmou que é muito complicado porque trata-se de dinheiro público, dinheiro do fundo, e é preciso ter certeza para poder pagar. A conselheira **Tereza Lins – ANG** falou sobre a experiência de Alagoas, que tenta colocar as fotos no SIC, mas não consegue e o fornecedor diz que está dependendo daqui. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** perguntou o que eles alegam? A conselheira **Tereza Lins – ANG** respondeu que primeiro tem que patrimoniar para depois ser liberado o pagamento e os fornecedores entram em contato direto com o próprio conselho, e dizem que já fizeram tudo isso, e fica um diz que me disse. O conselheiro **Luis – CNF** sugeriu fazer um passo a passo para colocar no processo por que pelo visto o procedimento não é claro para todo mundo. Então, o passo a passo poderia ajudar. A conselheira **Tereza Lins – ANG** informou que tem um passo a passo, mas que não está correto. O conselheiro **Luis – CNF** colocou que então poderia ser revisado de maneira que ficasse de fácil entendimento para todos. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** solicitou para Kelly uma planilha simplificada que pudesse



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

ser atualizada, abastecida conforme os materiais fossem entregues, para que o CNDI ficasse informado bem como que tivesse condições para informar sobre o assunto. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** pediu licença, para se ausentar por 10 minutos e passou a condução dos trabalhos para o vice-presidente **Dr. Amin**, que deu a palavra para coordenadora de projetos **Kelly – MDH** que respondeu a solicitação do conselheiro Luizão sobre a elaboração de uma planilha simplificada, que iria desenvolver a planilha da forma solicitada. Mostrou o sistema e apresentou o passo a passo e a situação que estavam as pendências de alguns conselhos, bem como esclareceu as dúvidas levantadas. Colocou que entendia as dificuldades de cada lugar, e relatou o problema do convênio de Goiânia que não queria retirar o carro porque não tinha garagem para guardá-lo. Enfatizou sua responsabilidade em seguir o que foi acordado anteriormente. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** parabenizou os esclarecimentos, e reafirmou para a Eunice e para Kelly a importância da informação tanto comentada, que seria preciso criar um canal automático, sistemático, fluente de informação, que o conselho inteiro não precisaria receber as informações detalhadas como foram dadas, mas que pelo menos a comissão, ou o coordenador e o vice-coordenador, deveria recebê-las. Devolveu a palavra para o Luizão. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** ressaltou, que os critérios haviam sido definidos, na época dos kits, pelo conselho, que se não fosse para capital, seria para maior cidade, e informou que tinha recebido um e-mail do Amin dizendo que não assinaria porque lhe avisaram, então tem ser comunicado porque o critério fora decidido pelo conselho. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** devolveu a palavra para o coordenador das duas comissões, o conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – MDH** perguntou se o Bill, o Luiz, a Dra. Marize, os outros componentes da comissão tinham alguma coisa a acrescentar?. Retomou a palavra o vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** que deu prosseguimento ao próximo assunto da pauta que era *a fusão das duas comissões de orçamento e finanças e fundo nacional do idoso*. Explicou que as duas comissões, funcionavam conjuntamente, e que foi feita uma resolução com a decisão. Porém, a proposta, seria de que fossem fundidas numa única comissão, o que parecia adequado, até por que daria margem para criação de uma nova outra comissão, e com isso não ficaria aumentando o número de comissões, porque se aumentar além das cinco que já existem, não terá conselheiros suficientemente para distribuir para todas, e vão ter dois conselheiros para cada comissão. Que a proposta colocada seria a fusão de ambas as comissões na comissão do fundo e finanças. Passou a conselheira **Maria Lucia Secoti – PPI** que esclareceu que na alteração do regimento está prevista essa questão da fusão das duas comissões, que elas vão trabalhar conjuntamente, assim que for deliberada a alteração regimental, aí sim se pode criar. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** concordou com as colocações da conselheira Lúcia e colocou que havia surgido uma situação que seria o fim do atual mandato e no começo do novo. Que no começo do novo mandato se constituídas as comissões que funcionariam nos dois anos seguintes, perguntou se a casa deveria decidir sobre a proposta? explicou que se decidisse a nova gestão já começaria com as comissões definidas, e distribuídas entre elas, por que se fosse esperar a aprovação de alteração do regimento, não se sabe como, e quando, e iria funcionar tudo precariamente na linha do provisório. A conselheira **Claudia Maria Bere**



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

– **AMPID** Explicou que não seria possível fazer essa aprovação naquele momento. Primeiro por que a matéria estava tratada no regimento, que é uma resolução, que o procedimento correto seria fazer uma nova resolução nem que fosse para alterar pontualmente, e isso não foi feito. Que além disso, as comissões têm o número certo de conselheiros, e se fizesse a fusão pura e simplesmente, poderia ocorrer de ter uma comissão com o dobro de conselheiros, o que também não parecia adequado. Frisou, que encerrando aquele mandato, teria que cessar a validade da decisão que determinou o funcionamento conjunto, e que a próxima composição deveria deliberar. Até porque eventualmente numa outra composição, poderia ter alguém que entendesse melhor desse assunto orçamento, e que tivesse uma maior frequência dos conselheiros, para conseguir preencher as vagas e trabalhar o tema. Que para mudar o tema, teria que ter uma resolução prevendo, a composição, prevendo como iria ficar e etc., e não teria uma comissão que funcionasse com muito mais gente do que a outra. Colocou vota contra! A conselheira **Maria do Rosário – MP** Concordou com o posicionamento da conselheira Claudia, tendo em vista que o regimento que estava em vigor, previa as duas comissões separadamente, e que mesmo assim, as duas comissões trabalhavam em conjunto que isso ocorreria também no conselho dos direitos da mulher, que não via problema em continuar assim até a aprovação do novo texto regimental. Que entendia que o que poderia ser feito, seria assinalar para a nova composição de que era assim que as comissões vinham trabalhando e deixar a cargo da nova composição essa questão de alteração. Se esse assunto estiver no texto de alteração do texto do regimento, e se não tiver a nova composição pode incluir ou não. Tendo em vista que o novo regimento, não foi votado por nós, e será votado no próximo mandato, eles podem aceitar o texto que nós trabalhamos, ou mudá-lo completamente. Mas como o regimento que está em vigor, prevê a existência das duas comissões, assim deveriam ser mantidas. A conselheira **Marize Lucena – Abraz** Colocou que o problema seria que não foi publicada a resolução, que deveria ter uma resolução do conselho, sobre a junção ou unificação da comissão, porque na nota técnica que foi trabalhada foi sugerida a alteração do regimento, que foi deliberado na época, mas nada disso foi publicado. Que seria bom resgatar a ata do período e fazer os ajustes de acordo com o que fora acordado naquela reunião. A conselheira **Maria do Rosário – MP** Frisou que não havia previsão no regimento dizendo que cada comissão teria que ficar numa sala separada, que os membros de uma comissão não possam conversar com os membros de outra comissão. Colocou que não existia impedimento legal, de que apesar das duas comissões existirem separadamente no regimento, trabalhem em conjunto, e discutam os mesmos assuntos. A conselheira **Marize Lucena – ABRAZ** Reiterou que nem uma coisa nem outra, fora publicada resolução. Que se lembrava da na nota técnica, o regimento todas as recomendações que haviam sido deliberadas no conselho, mas não teve resolução nenhuma. Que poderia até deixar para ser tudo num momento só, de todo regimento, mas nenhuma coisa nem outra foram feitas. A conselheira **Magda Fernandes – MJ** Reforçou que a regra de funcionamento do conselho é o regimento, que o conselho só pode deliberar se tiver uma alteração no regimento. Enfatizou que existia um problema operacional, e por isso uniu-se as comissões para atender aquele problema operacional, mas que não necessariamente,



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

a próxima gestão terá esse problema, que poderia se fazer, um relato e repassar do que foi, mas seria o regimento que previa as duas comissões. O vice-presidente perguntou se mais alguém queria se posicionar sobre a matéria? A conselheira **Tereza Lins – ANG** Reforçou seu posicionamento com relação a última fala da conselheira Maria do Rosário, e pontuou que Regimento Interno no artigo 20§ 5º que trata das comissões prevê: "*Cada comissão trabalhará em estreita comunicação com as outras comissões*". O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** Explicou que as duas comissões se juntaram por que a comissão de fundos sempre tinha quórum, mas a comissão de finanças nunca tinha quórum aí juntou as comissões para fazer um trabalho com discussão conjunta. Colocou outro ponto que a Dra. Claudia, sempre cobrou, que era a participação dos entes públicos nas reuniões, porque seria interessante essa participação, com exceção da conselheira Maria do Rosário que sempre esteve presente aos trabalhos do conselho. Expôs seu contentamento por que a maioria da comissão esteve presente na reunião, que entendia essa participação importante por que influenciava no resultado dos trabalhos com a ampla discussão. A conselheira **Maria do Rosário – MP**. Colocou para Eunice a importância de em que todo início de plenária, se apresente a justificativa dos órgãos e entidades, por que as vezes a entidade e envia um e-mail falando por que não pode comparecer. Que como colocado pelo Luizão no regimento interno está previsto que não pode ter mais do que duas faltas seguidas, ou três alternadas, salvo engano, e o conselho teria que entrar em contato com o órgão e pedir a substituição do representante, alegando que o Ministério não estava comparecendo. Que é só fazer cumprir o regimento. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** Expôs que o assunto da junção das duas comissões (de fundos e orçamento e finanças) ficaria como recomendação para que a nova composição que assumir, leve em conta a proposta de fusão. **Recomendações: 1)** Eunice apresentar as justificativas, no início das reuniões e comunicar ao ministério sobre o não comparecimento de seu representante na reunião. **2)** Que a nova gestão considere a proposta de fusão da comissão de fundos com a comissão de orçamento e finanças. Continuando, o vice-presidente devolveu a condução dos trabalhos ao presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH**, que anunciou a presença da ilustre da deputada **Carmen Zanotto**, grande defensora da causa dos direitos da pessoa idosa, esclareceu que a deputada estava no Ministério para resolver outras situações, e a convidou para dar uma palavra para o CNDI, e passou a palavra a **Deputada Carmen Zanotto**: "*Boa tarde. Dizem que a vida é feita de coincidências, mas algumas coincidências preparadas por eu acredito muito em Deus, pelos caminhos divinos muitas vezes. Mas eu vim tratar das emendas, da política para a pessoa idosa do Estado de Santa Catarina, através da pastoral do idoso, e nos encontramos e eu fui convidada para dar um pulinho aqui rapidamente, só para reafirmar o compromisso. Em nome do nosso presidente, e da Dr. Amin, quero saudar os representantes da sociedade civil e poder público, e quero reafirmar o compromisso, agora reeleita, com essa política, em especial a partir do ano que vem, que nós vamos precisar. Entendo que o parlamento com os conselhos, deve ter uma proximidade maior, para que a gente possa manter, por que só quem trabalha, quem conhece, sabe do que nós estamos falando país a fora dos nossos idosos. Então, quero agradecer o convite, tranquilizar pessoalmente a todas e todos com relação a nossa*



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

*comissão que este ano, é o ano nacional de valorização do idoso, e a gente conseguiu levantar 134 projetos de lei que estão tramitando na casa, que deve estar quase concluído o relatório preliminar por área desses projetos, para gente ver se é possível ainda este ano deliberarmos o que for mais essencial para complementarmos, o nosso estatuto do idoso. Eu sei que houve várias dúvidas, talvez, a principal delas foi em função do texto na hora da escrita, que dava impressão de que a gente queria mudar o estatuto do idoso, longe disso, hipótese alguma, por que a gente tem uma caminhada ainda imensa, para gente garantir os direitos daquilo que está no estatuto do idoso. Mas como tem muitas iniciativas, parlamentares, de iniciativas belíssimas possíveis, há iniciativas nada agradáveis. Então, a gente tentou juntar tudo que tinha na câmara, se possível for o relatório da Secretária Flavia, da Deputada Flavia Moraes, que também foi reeleita, a comissão está propondo o levantamento de pelo menos 1/3 destes que estão na casa, que possam ser mais significantes para marcar o ano. Se não for, a gente também poderá estudar, uma proposição legislativa, do colegiado da pessoa idosa, para que tramite mais rápido, juntando os principais pontos que precisa levantar. Mas sempre com o debate amplo, quando a gente tiver o relatório preliminar preparado. Então, agradecer a coincidência de estar aqui, e eu dizia para o nosso Secretário e Presidente do Conselho, que nesta lógica de nos aproximarmos a gente vai propor, se é possível, até pelo rito da nossa casa, e convidá-los para também fazermos lá na sala, de repente na sala da presidência, uma reunião para o conselho que é uma oportunidade do parlamento, dos que estão e que vão permanecer na comissão se aproximar um pouco mais do conselho, da representação do poder público dos usuários. Eu digo isso gente, por que eu não sou conselheiro, mas já fui conselheira do conselho municipal, conselho estadual de saúde, e para mim conselho é isso. Não é aquele que a gente tinha em alguns momentos, quando a gente teve instituídos os conselhos, que era a reunião que a gente chamava por telefone, avisava que estava indo lá pegar a assinatura, e a indicação dos conselheiros era do gestor ou ordenador do prefeito municipal, então a gente combateu muito isso. E o fortalecimento dos conselhos, foi muito importante por que são vocês que fazem o dia a dia dessa política pública. Então muito muito obrigada, a gente faz o convite, só vou discutir com a nossa presidente, que não foi reeleita, mas nós estamos com um grupo grande de parlamentares reeleitos para organizar regimentalmente e fazer o convite, para que poderemos nos reaproximar, e juntos fazermos a leitura do relatório da Deputada Flavia, para depois a dentro daquele conjunto dos 134 com a discussão coletiva, pensarmos com a esperança ainda. Só temos mais um mês para deliberar mais alguma coisa, para poderemos avançar mais uma coisa nessa questão. E tem mais uma coisa muito importante que está acontecendo, o olhar dos parlamentários diferenciado para a indicação das emendas. Então, quem for aqui representante dos estados, cobrem dos seus parlamentares, despertem a gente para isso. Normalmente a gente é demandado para pavimentação de ruas, para aquisição de ônibus escolar, parece que é quase um mantra, e as demais secretarias e as políticas quase que ficam invisíveis sem recursos extras, e muitas vezes não conseguem desenvolver os trabalhos". O Presidente passou a palavra a conselheira **Claudia Bere, AMPID** que cumprimentou e parabenizou a nobre Deputada por sua reeleição, falou sobre o trabalho da deputada e externou a preocupação*



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

do conselho quanto a reformas no estatuto do idoso que em sua maioria trazem retrocessos. Enfatizou, que essa era uma preocupação do conselho, explicou que as vezes não mexer é melhor do que mexer e de repente ter um resultado adverso. A **Deputada. Carmen Zanotto** Observou que essa matéria é da sua comissão e que o olhar da pessoa idosa, tem esse significado que é: o que que ele entende naquele conjunto de iniciativas, o que tem de bom, o que que a gente realmente quer implementar, por que as vezes de nada serve. Explanou que tem coisas que temos que tomar muito cuidado, por que a intenção é uma, mas o reflexo é outro. Que a comissão tem essa preocupação e por isso, os projetos são amplamente debatidos, e até reapresentados logo no início do ano que vem, como é o rito da casa. A conselheira **Tereza Lins – ANG** Concordou com as palavras da conselheira Cláudia, e agradeceu a ANG, colocou que foi enviado um ofício para deputada quando presidente da comissão e imediatamente houve a resposta elogiou o comprometimento da comissão que é exatamente como ANG pensa. O conselheiro **Jose Aureliano Ribeiro – Cobap** Perguntou para deputada como fazer para acompanhar, e trabalhar mais dentro desses projetos. A **Dep. Carmen Zanotto** respondeu que a comissão separou por grupos: de mobilidade, grupo de previdência, grupo de instituições de longa permanência e vários segmentos conforme o conjunto estava apresentado. Dali alguns já foram automaticamente excluídos, de não prioridade ou que não são bons para tramitar. Que a comissão pode dizer que não vai acolher, aquilo que foi apresentado, mas que vai passar em outras comissões, que na condição de presidente vai oficializar para a Dra. Flávia que é a relatora, que vai constar todos os projetos, como comissão de políticas e consultoria legislativa da Câmara. E se comprometeu a encaminhar o relatório tão logo ficasse pronto para o conselho. Que a participação do conselho já era um compromisso assumido com o Secretário em todas as conversas. Agradeceu a presença da Secretaria e do conselho em todas audiências públicas. Que a comissão só dois anos, mas já deu bons frutos, em especial despertar de parlamentares, para a importância da política do idoso. Muito obrigado mais uma vez. O vice-presidente **Bahij Amin Aur –OAB:** Desculpou-se e pediu mais um tempinho a deputada para dizer que uma das grandes notícias que o conselho teve foi a criação da CIDOSO. Que pela primeira vez tem-se uma comissão pela qual passam os projetos, que dizem respeito a pessoa idosa, pelo olhar da pessoa idosa, e não pelo olhar da constituição ou das finanças, etc., que é o olhar das outras comissões. E além da satisfação de ter a CIDOSO, sido criada com deputados verdadeiramente engajados, mesmo fazendo injustiça com alguns, mencionou três deputadas, que foram reeleitas que são: a deputada Carmem Zanotto, a deputada Flávia Moraes e a deputada Leandre, três grandes batalhadores, que nas ocasiões que substituiu a presidência nesse conselho, teve a oportunidade de tê-las como interlocutores, que espera que o trabalho continue sendo feito. Observou que o panorama nosso do país, é nebuloso e o perigo de regressões são grandes. Que se conseguisse manter, já era uma vitória, e se conseguisse progredir seria uma grande vitória. Agradeceu por tê-la conhecido. A Deputada **Carmen Zanotto** Disse que essa tem que ser uma luta conjunta, e que todos que defendem essa causa, tem a mesma preocupação. A conselheira **Maria Lucia Secoti – PPI** pediu a palavra para agradecer a deputada por ter recebido prontamente, em seu gabinete, os participantes do encontro técnico que teve no final do mês de agosto. O presidente



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH Reiterou, as palavras que foram ditas, e externou a satisfação de ter conhecido e trabalhado junto com a deputada, em várias questões as quais agradeceu e desejou muito sucesso em seu novo mandato. A Deputada **Carmen Zanotto** despediu-se e Agradeceu ao Presidente e o conselho desejando bons trabalhos. O Presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** deu continuidade à pauta passando a palavra para a comissão de políticas públicas, e pediu permissão para inserir o grupo temático de educação. Passou a palavra para conselheira **Tereza Lins ANG**. A conselheira antes de iniciar a apresentação de seu relatório pediu que ficasse registrado em ata, que os e-mails com os Resumos Executivos aprovados foram enviados, que não viu os e-mails, mas que com ajuda dos colegas verificou que estavam em sua caixa de mensagem, pediu registro em ata. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** - Aproveitou e avisou que em relação ao curso , sobre a devolução do recurso ao fundo, que houve o entendimento que seria melhor passar o assunto para análise do jurídico, para ver o melhor caminho, a sequência do que foi deliberado que em breve teria um posicionamento, e uma ação no sentido de resolver esse assunto. Passou a palavra para conselheira **Tereza Lins – ANG** - que fez a apresentação da Comissão, iniciando pelas suas atribuições, planejamento estratégico, e disposições de ações implementadas que foram: construir mecanismos e monitoramento das deliberações; solicitar apoio político da pessoa idosa e demais, parlamentarista; complemento das matérias legislativas em tramitação no senado; levantamento dos projetos de lei do interesse da pessoa idosa em tramitação; trabalhar de forma articulada com a comissão de normas; sendo esse o planejamento estratégico da comissão. Com relação a política nacional: articular o debate sobre a necessidade de uma política intersetorial; informatizar informações com base em dados sobre a proteção a pessoa idosa; articular debate da pessoa com deficiência. Nas reuniões: na 86ª foi a proposta de emenda a PEC, proposta 286/2016 planejamento estratégico; na 87ª proposta de emendas, a PL 6764 sobre a profissão de gerontólogo; na 88ª houve uma nota técnica e um parecer sobre a política nacional do cuidado; na 90ª não houve nota técnica; na 91ª Minuta de Decreto da comissão organizadora da quinta conferência, junto com a comissão de articulação; na 92ª criação dos mecanismos, instrumentos da conferências deliberações estaduais e municipais; na 93ª leitura do regimento interno do cndi, na secretaria nacional dos direitos da pessoa idosa; na 94ª não houve relatório, a própria comissão trabalhou na minuta de elaboração do regimento; na 95ª não houve reunião das comissões permanentes. Relatou que sobre o monitoramento, foram enviados os questionários, e houve adesão nas respostas e como não foi contratada a consultoria ainda, foi feito um levantamento parcial sem muito rigor científico, somente para trazer a título de informação, mostrando a necessidade da contratação de consultoria para análise dos dados da conferência. A Conselheira **Maria do Rosário** interrompeu a reunião protestando que tinha um grupo de conselheiros fazendo campanha, pediu que ficasse registrado que um grupo formado por uma futura conselheira estava fazendo campanha, no momento da reunião do CNDI do mandato atual, que se registrasse em ata, que isso nunca aconteceu, no CNDI. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** – informou já havia sido tomada providencia, a Coordenadora Eunice, foi dispersar o movimento e introduzi-los na reunião. A coordenadora do CNDI **Eunice da Silva**



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

informou que tinha chamado os conselheiros que estavam fora, confirmou os presentes, e o quórum e foi dado prosseguimento a reunião. A conselheira **Tereza Lins – ANG** deu sequência, falando sobre as políticas municipais da pessoa idosa nas capitais, que só teve duas capitais que ainda não tinha política municipal que são: Porto Alegre e Maceió. Explicou a situação de Palmas. Ressaltou, que a comissão percebeu que alguns temas das deliberações, são repetidos de outras conferências, que acredita no resultado do monitoramento por que conseguindo mapear, sabe como está sendo efetivado, vai ajudar os municípios porque vão começar a se direcionar para aquilo que é necessário. Observou, que os municípios não têm capacidade para contratar uma consultoria para conferência, e que o apoio técnico do CNDI aos conselheiros seria importante para que eles desenvolvessem suas conferências. Ressaltou, que a comissão verificou que muitos não sabiam realmente como estava, não encontraram nenhum material registrado. Que a comissão sugeria que o CNDI atuasse capacitando, e que se observasse o espaço de tempo para realização das conferências. Pediu como **Ação Urgente**: *a contratação da consultoria para fazer o levantamento e análise dos dados, isso já foi deliberado e tem os prodoc, tem o termo de referência para contratação dessa consultoria*. Prosseguiu dizendo que o segundo tópico que a comissão trabalhou é com relação ao cadastramento dos beneficiários idosos do BPC no cadastro único para programas do Governo Federal, a concluiu que é necessário solicitar a prorrogação do prazo para efetivar a inscrição do beneficiário do EBPC, no CAD Único, e passou a palavra para o **Renan – MDS** expor o tema. Renan cumprimentou a todos e disse que estava representando o Ministério do Desenvolvimento Social, e que com relação a essa questão da inclusão do beneficiário idoso, não só o beneficiário idoso mais a Pessoa com deficiência também é beneficiária do BPC no Cadastro Único, que foi uma obrigação que veio trazida desde 2016 pelo Decreto 8.805, que o MDS tinha feito um estudo naquela semana para mapear e verificou que ainda tem 37,22% do total de idosos fora do Cadastro Único, que esse número demonstra que de mais de 758 mil beneficiários estariam sujeitos a suspensão do benefício já em 2019. Que com relação a isso, o que se pode fazer do ponto de vista técnico dentro do Ministério, foi escalonar a suspensão que está prevista para o ano que vem, que obviamente nem todo mundo vai ter o benefício suspenso de cara, seria feito uma espécie de lotes que viriam mais ou menos de 3 em 3 meses para que as pessoas pudessem se cadastrar e entrar ainda em 2019. Ressaltou, que o prazo é de 2 anos, e está previsto no decreto, e que se a intenção do Conselho fosse de prorrogar esse prazo para 2019/2020 que seria interessante que o conselho fizesse uma sugestão ao Ministro do Desenvolvimento Social e mandar também para Presidência para que seja alterado esse prazo do artigo 2º do decreto 8805 que é de 2 anos a partir de 2016. Que considerando que tem uma lacuna na proteção social desse público idoso e da pessoa com deficiência, que talvez fosse interessante deliberar isso enquanto conselho e pedir a prorrogação desse prazo. A conselheira Maria do **Rosário – MP** perguntou se, essa proposta de fazer a suspensão do benefício em lotes, daria um prazo para a pessoa recorrer e tentar se recadastrar, se teria uma segunda chance? **Renan – MDS** respondeu que sim, explicou que o acontece é que hoje a regra diz que 2019 é o prazo para entrar no cadastro único, e se a pessoa entrar no processo de suspensão do BPC, ele segue um rito administrativo que



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

é relativamente extenso, que é a notificação, apresentação da defesa. Esclareceu que a notificação, antes de suspender o benefício levam 10 dias, depois de notificado, tem o prazo para apresentar defesa e aí já começa a hipótese de suspensão do benefício e tem o prazo de 30 dias ainda para recorrer, observou que nessa hipótese teria que efetivar a inscrição no cadastro único. Disse que há um receio de que se formem filas muito grandes, nesse final de mandato, principalmente das pessoas que correram para o cadastro único para tentar efetivar esse cadastro de última hora ou muita gente não entrar, que o Ministério enquanto executor de políticas públicas sabe que é impossível pensar em 100% dos beneficiários estar dentro do cadastro único porque isso não vai acontecer, por mais que o governo se empenhe, porque a efetivação do cadastro único está na mão do município, são eles que cuidam do cadastro único, e não vai chegar num efetivo de 100 % nem na melhor das hipóteses. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** passou a palavra para a conselheira **Maria Bernadete-CFESS** que perguntou se o MDS tinha uma avaliação da razão por que do número tão alto de pessoas não se cadastraram. Se foi por falta de campanha? por falta de informação? se porque as pessoas morreram e esqueceram de comunicar? Qual é a avaliação do Ministério para essa situação? **Renan – MDS** respondeu que pode trazer as impressões. A conselheira **Maria Bernadete – CFESS** complementou que gostaria de mapear para saber sobre os que não estão se cadastrando se eles têm acesso na localidade aonde eles estão. O conselheiro **Luis– CNF Pediu** esclarecimentos sobre quais são as regiões que tem maior concentração. **Renan – MDS** Explicou que esse estudo está sendo feito, mas ainda não está pronto, que essa foi uma demanda do Conselho Nacional de Assistência Social, e ficou de ser apresentado no dia 05 lá, e se comprometeu em trazer esse estudo para o CNDI também, ressaltou que existe uma concentração, que salvo engano, nas Capitais, e sobre os motivos do não cadastramento, o ministério não fez um estudo propriamente dito , mas existem algumas hipóteses, que entre elas esta: o medo de perder o próprio o bolsa família , que se sabe das dificuldades de comunicação com essas pessoas, frisou que a inclusão dos dados é feita pelos municípios e esse exercício descentralizado de vir da administração federal um benefício que é pago com verba federal, e levar isso para um município para dizer que a Assistência Social do município tem que cadastrar as pessoas é um caminho muito longo e que para justificar o pedido dessa prorrogação de prazo seria a questão de que no período eleitoral foi suspenso boa parte dessa comunicação por conta das ações de governo. A conselheira **Tereza Lins – ANG** Complementou dizendo que um dos motivos, por exemplo de Maceió é que juntou o Conselho Municipal com o Conselho da Assistência e com a Pessoa deficiente para montar um fluxograma, porque acontecia das pessoas idosas irem fazer o cadastramento e acabavam perdendo o benefício, porque o cadastrador misturava os critérios do CAD Único com o da LOAS do BPC, que teve uma força tarefa da Secretaria do CREAS para fazer esse trabalho lá. Relatou que eles pediam para fazer o cadastro e era negado, que houve falta informação. Se posicionou sobre a elaboração de um ofício pedindo a prorrogação elencando os motivos aqui debatidos como justificativa. A conselheira **Claudia Bere AMPID** Enfatizou que no foi feito um ofício colocando os números daquela época e como temos números novos poderia se fazer praticamente o mesmo ofício só mudando os números atuais, por que a situação é



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

muito preocupante 40% das pessoas não se cadastraram, que no total são um milhão setecentos e sessenta e oito mil, somando pessoas idosas e pessoas com deficiência. **Renan – MDS** sobre as colocações da conselheira Claudia, colocou que o prazo para pessoa idosa entrar no cadastro único era 2017, e isso estava dentro do prazo dos dois anos que o decreto trazia, mas ele permitia que o Ministro do Desenvolvimento Social da Fazenda e do Planejamento editasse um ato em conjunto escalonando e isso ficou definido: 2017 pessoa idosa e 2018 pessoa com deficiência. Dentro da solicitação que o CNDI fez, o Ministro foi e editou um novo ato, uma nova portaria, regulamentando que os idosos ficariam também adiados para 2018 como as pessoas com deficiência, mas o prazo previsto no Decreto é de dois anos, tudo que extrapolar agora de 2018 não basta mais uma portaria, vai ter que mexer no decreto, e o decreto é um ato presidencial, então nesse sentido pode ser que a solicitação do ano passado não seja totalmente compatível, temos que trazer esse elemento novo porque agora tem que mexer num decreto, e não mais numa portaria. A conselheira **Tereza Lins – ANG.** acrescentou que colocaria também a questão dos anos eleitoral. A conselheira **Maria do Rosário – MP** perguntou: qual seria o prazo viável para pedir essa prorrogação no entendimento do MDS? 6 meses, 1 ano? Por que vai influenciar na justificativa sobre a questão de que o período eleitoral prejudicou o prazo do cadastramento. **Inaudível – (03:44:03)** A conselheira **Claudia Bere- AMPID** Disse que entende que, o período que precisa pedir é mais um ano porque se em 2 anos se cadastraram 60% que seria mais ou menos 2/3 mais 1/3 precisaria mais um ano. **Renan – MDS** Explicou para a conselheira Maria do Rosário, que invertendo um pouco esse relógio, talvez fosse interessante que o Conselho pautasse qual prazo seria necessário para fazer a articulação com os municípios e levar isso para os Ministérios. A conselheira **Magda Fernandes – MJ** pediu a palavra e disse que entendeu as colocações da conselheira Rosário por que essa justificativa do período eleitoral não seria suficiente para prorrogar o prazo desse recadastramento, que talvez o fato de ter uma concentração em cidades grandes, nas capitais, e provavelmente uma ausência dessa busca ativa que os municípios deixaram de fazer que o conselho deveria pensar, na melhor estratégia. O Presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** perguntou se não seria interessante também envolver os Conselhos Municipais nesse trabalho de busca ativa de localização? A conselheira **Claudia Bere – AMPID** respondeu que o Conselho Municipal não tem nenhuma função executiva, que não é trabalho dele, que havia sido solicitado ao governo que a divulgação fosse feita direta, que mandasse uma mala direta para pessoa, e não foi acolhido. Que os Municípios começaram a fazer um trabalho melhor a partir de junho e julho, que no mês de junho recebeu um número, da coordenadora da política da pessoa idosa na capital em São Paulo, que constava que 90 mil idosos não tinham se recadastrados no Município, que acreditava que houve uma divulgação maior, mas que não tinha os números de São Paulo atualizados, que deveria considerar que estavam no dia 24 de outubro, que isso iria mais ou menos mais dois meses, com certeza não seria feito cadastramento, no caso dos idosos, de setecentos e cinquenta e oito mil idosos. Que eles não vão ficar sabendo porque é um número muito grande, que no ano passado o CNDI fez esse pedido e foi acolhido. Ressaltou, que na última reunião os presidentes do Conselhos estaduais mandaram um pedido semelhante, mas não foi fundamentado, que



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

entende que os números são um argumento muito veemente, pensar que muitos desses idosos que ganham BPC e também as pessoas com deficiência as vezes são arrimo de família, em certas localidades, então o impacto se multiplica , que seria uma ação importante pedir, como disse o Renan, que seja prorrogado o prazo , estipulado no decreto e ai teria que ser uma prorrogação em outro decreto, que entendia que a prorrogação deveria ser por um ano, e pedir que se intensificasse a divulgação da necessidade do cadastramento. O Presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Colocou que entendia que deveria divulgar esse ofício, através da Secretaria para os Conselhos, porque assim os Conselho teriam condição de cobrar do executivo, e divulgar para a comunidade idosa da cidade para tomar ciência e cobrar a efetividade disso. A conselheira **Tereza Lins – ANG** Complementou que a comissão trouxe o assunto para deliberar pela construção de um ofício solicitando a prorrogação por mais um ano no mínimo e lembrar também que existe um problema com relação a esse cadastramento é que muitas pessoas idosas confundiam prova de vida com cadastramento com CAD Único, que eles acham que com a prova de vida já estão cadastrados. Solicitou que o MDS levasse essa questão de explicar e orientar que prova de vida não cadastra no CAD Único que é bom alertar para isso. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson– MDH** passou a palavra para conselheira Lúcia Secoti- PPI que fez dois **encaminhamentos**: primeiro dentro disso que a comissão trouxe de fazer uma campanha de esclarecimento, que talvez pode ajudar que o MDH , a Secretaria , e o próprio CNDI e uma outra **proposta** é de que a prorrogação seja de um ano e meio, porque o ano passado já foi feito o encaminhamento de um ano, e não deu, que o cálculo que a conselheira Cláudia traz, esta justo, que daria uma margem de segurança e até isso circular, até o conselho fazer o encaminhamento, seria melhor que a proposta fosse de um ano e meio ao invés de um ano. O conselheiro **Luiz Eduardo de Lima – CNF** perguntou ao conselheiro Renan, se no levantamento seria possível identificar os bancos que estão fazendo o cadastro, por que se conseguisse identificar daria para aproximar e fazer um trabalho via CNF, FEBRABAN, e algumas entidades financeiras para ter uma ação direcionada, por que de repente, não são todos os bancos que teria esse percentual, que seria possível fazer esse recorte. **Renan Alves – MDS** respondeu que não trabalhava com essa parte, que salvo engano, na folha de pagamento que o INSS manda eles já enviam com a descrição de qual é o meio de pagamento, ou seja, parece que vem discriminado qual o banco realiza cada pagamento, que seria interessante fazer esse tipo de parceria, para realizar a notificação do BPC em caso de suspensões, etc... o que vai acontecer daqui para frente, que talvez seja importante trazer essa parceria para dentro do cadastro único especificamente essa ação de inclusão. **Inaudível (03:52:47)** O Presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Colocou em votação, a prorrogação do prazo de prorrogação para um ano e meio. **Inaudível (03:53:04)** **Inaudível (03:53:09)**. A conselheira **Tereza Lins – ANG** esclareceu que a elaboração ficou a cargo da comissão de normas e concluiu que as comissões precisam do trabalho da outra porque trabalham em conjunto. **DELIBERAÇÃO**:A comissão de normas deve fazer um Ofício solicitando a prorrogação do prazo para o Cadastro no CAD Único e deve enfatizar a comunicação com os municípios para informar sobre o cadastro. O Presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** perguntou se haveria mais alguma



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

deliberação? **Renan – MDS** colocou que o CNAS também está fazendo essa articulação para prorrogar o prazo, que talvez fosse importante trazer um diálogo com eles para ver qual é o pensamento deles. A conselheira **Tereza Lins- ANG** comunicou que havia sido feito esse contato, que na reunião passada a comissão foi ao CNAS e disseram que colocariam no documento a participação do CNDI, e corroborando com a ideia deles e com os prazos, pedidos e solicitações assim se não for colocado na nota seria por que se esqueceram do CNDI. Disse que o grupo da educação teria uma deliberação, mais a comissão de normas havia pedido para intercalar, então que se passasse a palavra para a comissão de normas e depois voltaria para deliberar. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Passou para comissão de Normas, a conselheira **Claudia Bere – AMPID** Disse que os trabalhos foram realizados no dia anterior pelas conselheiras Bernadete e Naira, que ao contrário das demais comissões, foi trabalhado no relatório, mais tinham outros assuntos pendentes, observou que a pauta havia ficado dúbia porque constou no período da tarde, apresentação de relatórios de nota técnicas das comissões e no dia 25 período da manhã, apresentação do relatório de gestão 2016/201, que as pessoas se confundiram e fizeram as duas apresentações, que deve-se colocar claramente na pauta o que vai ser feito para não ficar repetindo as ações, colocou que a comissão de normas tinha alguns e-mails, com respostas pendentes, um deles foi um pedido de uma pessoa do Conselho Municipal de Vitória de Santo Antão, pedindo para analisar o projeto de lei deles, que foi feita uma nota técnica dizendo que a comissão entendia que não é de competência do CNDI a análise de projetos de lei, nós não temos como receber projeto de lei de todos os municípios do Brasil e ficar analisando, outra questão seria sobre o e-mail MP federal que a Eunice começou a falar pela manhã, foi um e-mail enviado pela Coordenação informando que o Ministério Público Federal chamou o CNDI para conversar sobre a questão do transporte interestadual, gratuito para pessoa idosa, frisou que essa é uma questão para se tratar ao longo do mandato, esclareceu que a comissão fez várias trocas de ofício com a Agência Nacional de Transportes Terrestre, e que detectou, que em muitas linhas de ônibus interestaduais, acontecem da seguinte forma, existem vários carros por dia e eles dizem, que o carro não é convencional. **Inaudível (03:59:20) Claudia Bere – AMPID** Prosseguiu dizendo que se não tem carro convencional o idoso não teria direito a passagem gratuita, que tem uma resolução da ANTT que prevê o mínimo de carros convencionais é uma vez por semana, então as empresas de transportes tem um monte de carros fazendo aquele trecho, mais só um tem o nome de convencional e só esse um dá a gratuidade para pessoa idosa. Nesse sentido a comissão enviou vários e-mails, vários ofícios para a ANTT dizendo que a disponibilidade de ônibus convencional não era suficiente, e agora soubemos desse caso que está no Ministério Público Federal que chamou a ANTT e sugeriu a elaboração de um termo de ajustamento de conduta. O Ministério Público Federal, abriu um inquérito mais amplo, tendo em vista que outros seguimentos também têm direito à gratuidade, além do idoso duas passagens, a pessoa com deficiência duas passagens e os jovens carentes duas passagens. A proposta do Ministério Público Federal é que em todos os carros inclusive os que eles consideram não convencionais sejam fornecidas seis passagens gratuitas, então a comissão fez uma nota técnica concordando com a proposta,



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

desde que fossem preservadas duas passagens para a pessoa idosa e na nota técnica foi lembrado que o estatuto do idoso tem uma disposição que fala que, se as duas passagens já estiverem cedidas, os outros idosos terão direito ao desconto no valor da passagem de 50%, que não é trocar seis por meia dúzia, que dois assentos é melhor do que nada, e aí só está tratando do transporte de ônibus interestadual, então na Nota Técnica colocamos sobre as duas passagens e mais o desconto de 50% para os idosos no caso de exceder essas duas passagens. **A conselheira Lucia Secoti – PPI** colocou que recebia reclamações dos municípios e dos estados dizendo que as empresas colocam que só num dia específico teria o desconto, que gostaria de saber se é possível nessa nota técnica inserir que não poderia ser definido um dia para ser dado o desconto. **Claudia Bere – AMPID** respondeu que essa questão não estava sendo tratada, e não existia em lei, que desconhecia essa história de dia que não tem nenhum amparo legal. **Lucia Secoti – PPI** citou que no conselho municipal e estadual em Campinas tinha essa demanda que era nas duas modalidades intermunicipal e interestadual **Inaudível (04:04:12)** O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAP/CUT** Expôs que essa questão da gratuidade e a hipótese do desconto de 50% é uma discussão antiga no movimento sindical a discussão era as duas passagens e quando o ônibus não enchia o total que viesse de idoso depois pagaria 50% que tem que verificar isso porque eles falam que a passagem já foi. **Inaudível (04:05:04)** O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAP/CUT** Perguntou se a proposta agora era de seis passagens? **Claudia Bere - AMPID** Informou que o inquérito do civil estava com uma procuradora do Ministério Público federal, ela queria fazer um termo de ajustamento de conduta e ela estava perguntando o que o conselho achava, que ela queria legitimar o acordo que ela estava fazendo. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAP/CUT** disse que havia feito uma pergunta. A conselheira **Claudia Bere - AMPID** Respondeu que deveria se informar para procuradora que estávamos de acordo com o TAC e assegurar duas passagens para a pessoa idosa e para o excedente, uma vez concedida as duas passagens ser concedido os 50%, que sabe se ANTT vai aceitar isso porque o CNDI estava inovando a proposta que a procuradora fez, mas que a comissão entendeu que deveria colocar, a conselheira colocou que pessoalmente, entende que é uma fraude o que as empresas de ônibus fazem, colocam o nome, não convencional serve um copo d'água e não dá nenhuma passagem grátis o que e é bem mais barato que na verdade o que se precisa é acabar com a fraude e que não é um copo d'água que torna o transporte não convencional, o que torna o transporte não convencional é ser um ônibus leito, alguma coisa muito diferente, não se pode dizer que tem que ter um convencional, se você tem uma frota com 50 carros por semana, e só um que é convencional, isso é um absurdo, mas a procuradora estava fazendo uma proposta pragmática, prática, então a comissão entendeu que o CNDI deveria apoiar o trabalho porque até hoje ninguém conseguiu ter resultado nessa área, e com isso queremos essa questão que está no estatuto. O conselheiro **José Aureliano Ribeiro – COBAP** pediu uma parte porque havia uma ansiedade com relação ao transporte aéreo, que tem muita gente viajando, que também se reivindicasse o transporte aéreo, que o conselho poderia apoiar a iniciativa da entidade que tivesse interesse de fazer isso. A conselheira **Claudia Bere – AMPID** que COBAP poderia fazer essa representação,



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

porém naquele inquérito civil específico não poderia ser feito isso, porque é um inquérito civil que foi instalado contra a ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, não regulamenta o transporte aéreo, então nesse caso específico não daria para falar sobre transporte aéreo. O Conselheiro **José Aureliano Ribeiro – COBAP** enfatizou que o conselho poderia apoiar a iniciativa de uma entidade que fizesse isso. A conselheira **Tereza Lins – ANG** lembrou que tinham várias PLs na câmara que tratava exatamente dessa questão das quotas nas vagas nos aviões. **Adriana – CONTAG** complementou que a assessora legislativa da CONTAG que também se chama Adriana, fez uma visita a deputada Carmen Zanoto pedindo uma audiência para tratar sobre essa atualização do estatuto para ver que pé estava, e ela falou que ainda não teve a audiência pública e por isso que não foi convocado o conselho, nem as entidades. Que foi passado um breve relato de que não teremos prejuízos, ela nos passou uma série de projetos de lei que estão tramitando para atualização do estatuto, disse que abriu, PL por PL e viu que tinham muitos que tratavam sobre a ampliação da gratuidade do transporte aéreo, outros ampliavam o número de vagas no transporte terrestre interestadual, que tem muitos PLs que viriam para beneficiar, nesse sentido, transporte aéreo, fluvial e terrestre que isso o conselho tem de acompanhar de perto. O conselheiro **José Aureliano Ribeiro – COBAP** colocou que o conselho deveria fazer um levantamento e trabalhar em cima disso. A conselheira **Adriana – CONTAG** se comprometeu em enviar a lista com os projetos de lei que conseguisse, enfatizou que ainda não estava pronta, mas poderia mandar essa parcial para que os conselheiros tivessem conhecimento. O vice-presidente **Dr Amin – OAB** passou a palavra para a conselheira **Marize – ABRAS** que falou sobre o sistema único de saúde, quando uma unidade conveniada não tem leito disponível há a obrigatoriedade de colocar o paciente num apartamento até que o leito fosse desocupado para transferir para o leito, seria a mesma situação de ter um convencional que fica aguardando por uma vez por semana, disse que entendia que teria que fazer uma solicitação de revisão dessas questões, citou o exemplo de Londres que pagou na passagem assento confort, aqui no Brasil, quando eu voltou foi pagar lá, mas o idoso não paga a passagem conforto para longas distâncias, então seria outra coisa que deveria também ser reivindicado. A conselheira **Magda Fernandes – MJ**, relatou que a questão dos transportes terrestres interestaduais havia sido tratada também no CONADE, onde um dos problemas ocorridos era exatamente quanto ao convencional criado na resolução da ANTT que faz uma restrição definindo um dia para o convencional. A conselheira **Claudia Maria Bere – AMPID**, acrescentou a discussão relatando o que ocorre em São Paulo Capital até a baixada onde o transporte urbano é para 60 anos. Todo mundo é concedido, e o ônibus para exatamente no ponto, e dessa forma não ocorrem problemas, pois a prefeitura paga subsídio dentro do contrato. Então as empresas, querem atender as pessoas idosas. Por outro lado, em relação ao transporte intermunicipal foi aprovado por uma lei interestadual em São Paulo. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB**, como **deliberação**: colocou em votação a nota técnica apresentada pela comissão de normas, quanto a ANTT. A nota foi aprovada. A conselheira **Tereza Lins – ANG**, representando o Grupo Temático de Educação, relatou que como o artigo 22 do estatuto do idoso não fora efetivado, o GT trabalhou em todas as ações relacionadas ao curso de capacitação. A



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

conselheira **Maria Lucia Secoti Filizola – PPI**, apresentou as deliberações do grupo temático com a seguinte fala: ‘ *1- Solicitar ao Mec, um levantamento por região da população idosa 60 ou mais atendida pelo EJA, desde o início do programa, essa é uma falha que nós, isso também até a gente conversou muito com o Luciano que é o representante do MEC no GT. A gente colocou, o GT entendeu que isso era importante, por que nós não temos esse levantamento, e era pra provocar o MEC para definir o período. A Magda já está falando. Nós já colocamos desde o início do programa, então a ideia era a gente ver o encaminhamento. O segundo tópico era recomendar ao MEC, que a alfabetização dos idosos, tenha algo específico uma agenda própria por que isso também nos foi relatado por um representante, que não tem. Então tendo em vista como EJA jovens e adultos. E aí os jovens e adultos é aquilo que a gente as vezes, só tem turmas a noite, essa é uma reclamação que já foi apresentada lá na descentralizada em São Paulo, é visto só os jovens o adulto esquece, então a gente tá pedindo né uma recomendação ao MEC, a gente gostaria que o CNDI fizesse essa recomendação ao MEC. Resolver uma campanha juntamente ao MEC, e a secretaria nacional da promoção e direitos da pessoa idosa, para incentivar que essa população volte aos bancos escolares. Isso também foi apresentado pelo Luciano no encontro técnico, foi apresentado em outros encontros quanto a educação, no qual o Rogério, Amin e eu nós participamos. Capacitação para os professores que atuarão com essa população, também é uma recomendação que a gente, pode se fundir com a segunda que a recomendação a ser feita ao MEC. A gente sugere também que o pleno entender que é importante, baixar uma resolução que outras denominações, especifiquem a característica de educação não formal que exercem, por que assim há muita frustração e são relatos que a gente tem acompanhado que existe muita frustração por que eles vão pra uma universidade de terceira idade, muitas vezes achando que é uma formação, que vai ter o diploma, que é uma formação formal né. E regular, e na verdade não é. Então a gente entende que é importante, que as universidades de terceira idade, deixem isso claro nos seus sites, nos seus programas que é uma educação não formal. Que é um, não é um nível superior, não é isso. Então cria muita frustração e muitos relatos a gente ouviu nisso sentido. Isso foi também o que a comissão, a gente conversou com o Luciano na nossa última reunião dia 27 de agosto. E ele trouxe também essa questão. Realizar parcerias com as universidades que possuem o curso de pedagogia para que abram salas de aula, de alfabetização para idosos, incentivando a aproximação e conhecimento da temática do envelhecimento, que a gente percebe que as faculdades de pedagogia, poderiam também atuar nesse papel formal da educação, ajudando, aproximando, enriquecendo né o currículo da instituição e dos próprios alunos. Essa aproximação esse encontro intergeracional. A Tereza falou da última, a sétima, que nos editais do CNDI tenha sempre uma linha voltada a educação, sempre tenha uma linha. Então todos os editais, a grande dificuldade como o Luciano havia colocado em outras ocasiões, a gente colocou o tema educação, é que não tem esse olhar voltado para a população idosa, educação voltada para a população idosa. Então a gente entendeu que nos editais, é uma coisa que as entidades buscam muito. De repente a gente pode aproximar, universidades venham buscar isso. Trazer dentro do edital, sempre uma linha voltada a educação. A*



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

gente colocou de uma forma assim, ressalva. Não é uma atividade de lazer, para preencher o tempo vago. Mas projetos que eduquem, alfabetizem, tragam protagonismo e empoderamento. E a última, Tereza já falou que é a questão de transformar o GT educação numa comissão. Isso, por que que a gente pensa? Justamente pra ficar deliberado, para a próxima gestão, o próximo como a Magda falou anteriormente em uma outra questão, ela que tá conduzindo a questão do regimento. Que isso tem que ser regimental. Mas que isso fique provocado, como uma recomendação.” Após, relatou que o GT gostaria de deixar a título de **recomendação**: a criação da comissão de educação do CNDI. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH**, relatou que havia conversado com a conselheira suplente da OAB Michelini, quanto a política nacional de educação. Informou que a questão da alfabetização da pessoa idosa, é um fator preocupante tendo em vista que esta parte da população possui o maior índice de analfabetismo. Outra preocupação é que há uma necessidade de se encontrar um caminho mais eficiente, tendo em vista que infelizmente o EJA não consegue atender, pois trata de mais de um tipo de público ao mesmo tempo. Concluiu sua fala, ressaltando a importância da criação de novas políticas públicas com a temática da pessoa idosa, visando melhorias na qualificação educacional da pessoa idosa, tendo em vista que atualmente, esta faixa da população está disputando o mercado de trabalho. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB**, relatou que a área de educação para terceira idade o estatuto possui 2 grandes eixos. Um de educação geral para a população quanto ao envelhecimento conforme o artigo 22, que infelizmente era de difícil implementação. Outro aspecto é pertinente a escolarização da pessoa idosa, para que tenha oportunidades de inclusão educacional, seja de nível fundamental, médio nível superior ou técnico. A conselheira **Maria do Rosário – MP**, enfatizou que quanto a recomendação de criação da comissão de educação, para tratar destes assuntos e outros como a saúde da pessoa idosa, previdência entre outros, já existe a comissão de políticas públicas. Sendo assim, ao invés de a criação de uma nova comissão, opinou que o GT deveria continuar existindo e mantendo os trabalhos. A conselheira **Claudia Maria Bere – AMPID**, relatou que este mesmo critério relatado pela conselheira Maria do Rosário, também vale para a comissão de fundos e orçamento. Que para a criação de uma nova comissão, é necessário a elaboração e publicação de uma nova resolução. O discurso realizado pelas conselheiras Maria do Rosário e Claudia Maria Bere, foi reforçado pela conselheira Magda, Rita e Epitácio Luiz em sequência. A conselheira **Tereza Lins – ANG** ressaltou que com relação ao EJA relatou que este não era nem para o jovem adulto, muito menos para a pessoa idosa. Dessa forma, relatou que a sugestão de criação do grupo temático de educação, seria de forma temporária, ou seja, com prazo para terminar. Após, relatou que como **deliberação** o GT de educação pediu para que toda vez que o CNDI publicasse um edital, constasse um tópico referente a educação, conforme a resolução 19. Após a discussão, e deliberação os conselheiros aprovaram a continuação do Grupo Temático de Educação. Novamente com a palavra, a conselheira **Tereza Lins – ANG**, representando a comissão de políticas públicas, trouxe a informação de que a comissão queria deixar como **recomendação** para a próxima gestão a criação de uma subcomissão dentro da comissão de políticas públicas para acompanhamento das questões do monitoramento das conferências, assim como foi



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

realizado na gestão 2010-2012. A conselheira **Maria Lucia Secoti Filizola – PPI** frisou que foi respeitado os trabalhos feitos no mês de agosto, com os governamentais do MEC e da SAÚDE, que eles não participaram no dia anterior, que deve se respeitar o que o grupo trabalhou. **Recomendação** que o GT continue, e que o conselho trabalhe a questão da educação na próxima gestão. O presidente **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** Voltou a palavra para a conselheira **Tereza Lins – ANG** expressou preocupação com tópico 3 que tratava do monitoramento que é uma questão muito complexa e muito trabalhosa. Enfatizou que a comissão recebeu muitos e-mails para responder deliberação, que foram dadas várias orientações, e mesmo assim os conselhos perguntavam a mesma coisa. Que quando a consultoria concluir, ela vai entregar esse material e tem que ter alguém para trabalhar esse material. Diante disso, a comissão de políticas públicas pensou em criar uma subcomissão de monitoramento, para que se fizesse um acompanhamento exclusivo trabalhando também as outras pastas, mas com a responsabilidade. Então a comissão quer trazer como sugestão, para acompanhar o monitoramento, que se crie uma subcomissão dentro de uma comissão de políticas públicas, dentro dos moldes que já tinha dentro da gestão 2010 a 2012 **Maria Lucia Secoti Filizola – PPI** ressaltou que a questão do item 7, é para constar no edital uma linha voltada a educação, a gente gostaria de saber se vocês acham pertinente. **Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** passou para o relator da comissão eleitoral, com a palavra Bernadete. A presidente da comissão, conselheira Bernadete, não tem nenhum relato a fazer. O presidente deixou a palavra livre. **Maria Lucia Secoti – PPI ; Maria do Rosário – MP ; Marize Lucena – ABRAZ; Claudia Maria Bere – AMPID; Adriana – CONTAG; Tereza Lins – ANG; Rita – SESC** agradeceu e pediu que se constasse em ata para que as convocações das reuniões se dessem com um pouquinho, ou mais de 20 dias de antecedência, e se tiver alteração que o conselheiro seja comunicado o tempo todo, sobre as mudanças de agenda; **José Aureliano Ribeiro ; Luiz Epitácio Epaminondas – SINTAPI; Magda Fernandes – MJ; Luis Eduardo Mercês – CNF; Maria Bernadete – CFESS; Elenilson Souza – Mohran; Ana Maria Ferreira Melo – PPI;** após os agradecimentos dos conselheiros o então presidente **Dr Rogério Luiz Barbosa Ulson – MDH** agradeceu pela oportunidade, pelo aprendizado, pelo carinho de alguns a paciência de todos. E, especial agradeceu nossa equipe, a Luma ao Matheus, a Eunice que sempre se desdobraram muito, e que por poucos foram citados, mas que realmente fizeram um trabalho hercúleo para resolver muitas das coisas que são complicadas, que muitas não dependiam de nós, como foi a questão das passagens, que com certeza a Tereza colaborou bastante, mas era uma coisa que ia sair. Tanto é que no Conanda saiu também, mas é importante destacar isso que foi colocado porque não existe antagonismo pelo menos da nossa parte. Que em relação a quem é governamental, quem não é governamental, nós estamos todos no mesmo partido. Nosso partido é a proteção e a defesa dos direitos da pessoa idosa, e precisamos andar de braços dados também com outras entidades, outras associações todos aqueles de boa vontade que querem lutar para o desenvolvimento da nossa população idosa. Essa população vulnerável que carece de mais força política, mais força em todos os sentidos. Enfatizou a fala da deputada Carmen Zanoto, e que destaca muito trabalho de vários parlamentares, deputado Roberto Lucena, Gilberto Nascimento, Leandre também, a



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Flavia e tantos outros que tem se empenhado bastante para fazer as coisas acontecerem. Enfatizou que o conselho ajudou bastante no surgimento da secretaria e citou o protagonismo do Deputado Roberto de Lucena, que foi o primeiro presidente da comissão, e é o presidente da frente parlamentar, e que sem dúvida sem ele não teria acontecido, e que essa conquista que nós queremos manter. Que independente do próximo governo, a secretaria é uma conquista muito importante. Que vê muito claramente, as atribuições da secretaria, embora que para alguns pareça, que existe uma zona de interseção. É a secretaria de promoção, e defesa dos direitos da pessoa idosa. Que dentro da questão da promoção, temos sim que criar ações concretas, articuladas, transversais, como estão sendo feitas com os Ministérios. Ressaltou, que aprendeu com o Luizão, que aquela coloração que nos dá a secretaria em relação a ser um departamento, um órgão do poder executivo. Que isso permite, facilita, essa articulação com outros ministérios, para criação de políticas públicas e políticas públicas concretas que levem benefício para a pessoa idosa. Que entende que é isso que a população idosa espera nós, eles querem ver benefício, querem ver se concretizar aquilo que está no estatuto. A pessoa idosa tem direito a lazer, a turismo, a educação, a saúde. Que também concorda com o Luizão, de que haja uma visão talvez mais ampla, da atuação talvez do conselho, da secretaria também para criar coisas concretas para população e na questão da defesa, estamos sempre juntos em audiências públicas, juntos com a comissão, frente parlamentar, notas técnicas, e sempre o radar permanentemente ligado em tudo aquilo que tramita no congresso, para que não se perca nem uma vírgula, das conquistas que foram duramente alcançadas durante todo esse tempo. Enfatizou que sobre o estatuto do idoso existem 136 projetos de lei como a deputada citou. Que a secretaria, através da equipe, tem esse trabalho contínuo, e, o conselho tem o seu papel também que muito me orgulho de ter presidido ainda que, como disse o Amin nos estertores do mandato vamos dizer assim, no crepúsculo desse mandato, eu ainda como presidente testemunho que isso vai ser algo que eu vou levar para o resto da minha vida, com muito orgulho de ter presidido durante esse curto período, e mais orgulho ainda de ter trabalhado com todos vocês. Muito obrigado, um grande abraço, que Deus nos ilumine e nos permita sempre com a sua proteção avançar cada vez mais. Assim, deu por encerrada a sessão.

Data: 25 de outubro de 2018

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2018 às 09h30, na sala de reuniões do Gabinete no 10º andar do Ministério dos Direitos Humanos, sob a coordenação do vice-presidente Bahij Amin Aur, deu início, ao terceiro dia da 96ª Reunião Ordinária. Estiveram presentes: **Representantes da Sociedade civil:** Adriana Pereira de Souza – **CONTAG**; Maria Bernadete de Moraes Medeiros **CFESS**; Tereza Rosa Lins Vieira **ANG**; José Aureliano de Vasconcelos-**COBAP**; Naira de Fátima Dutra Lemos -**SBGG**; Epitácio Luiz Epaminondas- **SINTAPI/CUT**; Rita de Cássia Gonzaga Martorelli- **SESC**; Claudia Maria Bere- **AMPID**; Amin Aur- **OAB**; Marize Barbosa Freire de Lucena **ABRAZ**; Elenilson Silva de Souza **MORHAN**; Maria Lúcia Secoti Filizola **PPI**; Maria



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Ferreira Melo **PPI**; Luis Eduardo de Lima Almeida Mercês **CNF**. **Representantes do Governo:** Cristiana Scorza Guimarães- **MCidades**; Renan Alves Viana Aragão- **MDS**; Rogério Luiz Barbosa Ulson- **MDH**; Magda Fernanda Medeiros Fernandes-**MJ**; Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso- **MJ**; Mariana Souza Silva- **MS**. o vice-presidente Bahij Amin Aur – deu início a reunião convidando os conselheiros ainda atuantes, gestão 2016-2018 a sentarem-se a mesa. Explicou que o presidente, Dr Rogério Ulson, logo chegaria, que ele solicitou que o vice-presidente iniciasse os trabalhos dessa sessão. Também fez uma saudação aos conselheiros da futura gestão que tomariam posse naquele dia. Deu-lhes as boas-vindas, e desejou um excelente trabalho para todos vocês. Explicou que os trabalhos na parte da manhã diziam respeito a apresentação dos relatórios da gestão que atuou durante o biênio dois mil e dezesseis a dois mil e dezoito, que se encerrava. Pediu para que as comissões apresentassem seus relatos pelos coordenadores, para que os futuros colegas lembrassem, enumerou as comissões: Gestão do Fundo Nacional do Idoso e Orçamento e Finanças, são duas comissões, mas que vem funcionando conjuntamente dada afinidade de termos; comissões de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social; Comissão de Políticas Públicas e a comissão de Normas; também o grupo temático que vinha discutindo e tratando das questões referente a educação, tanto para o envelhecimento como oportunidades de educação para as pessoas idosas. Deu início as apresentações dos Relatórios convidando a comissão de *Gestão do Fundo Nacional do Idoso e comissão de Orçamento e Finanças*. Antes, porém disse que a presença e participação dos novos conselheiros era oportuníssima, naquele momento de apresentação dos relatórios de gestão. Que seria uma maneira dos novos tomarem conhecimento do andamento dos trabalhos que vinha sendo realizado pelo conselho, pelas suas diferentes comissões para progrediam se apoiando no trabalho anterior, dito isso passou a palavra para conselheira **Marize Barros – ABRAZ** – que cumprimentou a todos e apresentou o presidente da comissão, o conselheiro Luiz Epaminondas, desejou as boas-vindas para nova gestão do biênio dois mil e dezenove dois mil e vinte, e expressou gratidão a instituição que representou durante o biênio 2016-2018 a **ABRAZ**. Enfatizou que foi um período muito enriquecedor de muito conhecimento, de formação de novas amizades e disse que a nova gestão também viveria essas experiências maravilhosas. Aos que estavam saindo disse que em qualquer lugar que estivessem continuassem defendendo os direitos da pessoa idosa. Passou para a apresentação do relatório de gestão pela da comissão de Gestão do Fundo do Idoso, Orçamento e Finança referente ao biênio dois mil e dezessete dois mil e dezoito. A conselheira **Marize Barros – ABRAZ**, **apresentou o Relatório** (relatório anexo), juntamente com o conselheiro **Epitácio Luzi Epaminondas – SINTAPI/CUT** – que cumprimentou a todos, se apresentou e comentou que os relatórios, estavam sendo proposto dali para frente. Enfatizou que a Secretaria era nova e que ficou durante muito tempo sem ter funcionário, sem ter função, que ela estava começando a funcionar, e a comissão desejava que todas as propostas apontadas fossem encaminhadas e que todo material tudo isso ficasse nos anais da Secretaria, que embora o conselho fosse independente da Secretaria, tudo ficaria nos anais da Secretaria. **O vice-presidente Bahij Amin Aur – OAB** – pediu a palavra, para dizer que o Luizão era o coordenador da comissão e Fundos e a Marize de Orçamento enfatizou que em sua fala o



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Luizão dissera que, passaria esses relatos para Secretaria, afirmou que na estrutura governamental os conselhos de direitos, entre os quais o CNDI, eles não são órgãos de governo, por isso que eles nem seguem os mandatos presidenciais, nem acompanham as substituições de ministros, nada. O mandato desde que eleitos ou designados pelos respectivos ministérios, desde que tenham tomado posse, eles agem com inteira liberdade em relação ao poder executivo. Que há sempre uma certa tensão entre os interesses do executivo e os interesses do segmento da pessoa idosa aqui representada pelos conselheiros. E caberia lembrar também, que essa autonomia deve ser preservada pelo conselho no seu trabalho, na sua atuação, nas suas manifestações e deliberações, que existe pelo decreto que organizou o Ministério de Direitos Humanos, a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa que tem a função de ser a Secretaria executiva do Conselho. Ou seja, a Secretaria deve executar aquilo que o conselho deliberar, não o inverso, embora vinculado ao Ministério é uma Secretaria, o conselho é um órgão autônomo, independente e deliberar segundo os interesses da pessoa idosa da população que envelhece, e não para este ou aquele governo, este ou aquele ministro, este ou aquele secretário. Pediu desculpas pela interrupção, mas que era pertinente fazer essas colocações e respondendo à pergunta se os relatórios seriam disponibilizados para todos, respondeu que sim, porque a ideia é que esse acervo de realizações seja do conhecimento dos novos conselheiros para que a partir deles possam progredir mais ainda. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI/CUT** – Agradeceu a doutora Marize coordenadora da comissão, agradeceu a todos que participaram desse mandato e deu as boas-vindas a todos os que estavam chegando. Desejou que os trabalhos continuem e que a convivência seja harmônica, disse que, no começo é um pouco difícil, mas depois a coisa vai harmonizando e vai chegando nos consensos, Frisou, que quando se trabalha com idoso, é necessário que se tenha um olhar a mais porque a pessoa idosa, além de saber, ela sabe na prática. Que essa gestão que se encerra trabalhou a questão do empoderamento da pessoa idosa, e se empoderar quer dizer você dar poder a pessoa idosa, você colocar pessoa idosa para fazer aquilo que ela tem que fazer. A conselheira **Marize Barros – ABRAZ**– Finalizou agradecendo o secretário Rogério Ulson pelo apoio que foi dado ao conselho. Desejou a todos um bom trabalho, sucesso e que todos realmente se una em defesa dos direitos do idoso. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI/CUT** – Deu oportunidade para os demais componentes da comissão, não havendo nenhuma manifestação concluiu o trabalho. O vice-presidente entregou os trabalhos para o presidente **Rogério Luiz - MDH** – que cumprimentou calorosamente a todos, e como presidente, do conselho nacional do idoso, externou sua alegria, em participar dessa eleição, dessa transmissão de cargo nesse momento tão importante para pessoas tão motivadas em dar prosseguimento a esse trabalho. Deu sequência passando para o relatório da comissão de articulação com os conselhos e comunicação de comunicação social. A conselheira **Maria do Rosário– MP** - Cumprimentou a todas e todos, se apresentou como representante do o ministério do planejamento no conselho, atuante na comissão e apresentou a comissão que era composta pela confederação brasileira de aposentados e pensionistas representada pelo conselheiro Ribeiro; o ministério da educação pelo conselheiro Luciano, e a conselheira Maria Lúcia



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Secoti da pastoral da pessoa idosa. Antes de iniciar a apresentação do relatório, frisou que uma das competências dessa comissão é além da articulação com conselho também todo trabalho de comunicação social do conselho, que a comissão teve a preocupação de melhorar a comunicação interna e externa, e isso implicou acompanhar o que foi publicado a respeito do conselho na página do ministério dos direitos humanos e com uma página do conselho que estava no facebook bem como toda a comunicação interna do conselho. A conselheira **Maria Lucia Secoti – PPI** – complementou que durante esses dois anos a comissão falou insistentemente sobre a questão do ruído na comunicação interna e externa do CNDI, que isso foi muito falado no último encontro técnico, e alguns presidentes de conselho estavam presentes. E quando a comissão fala sistematicamente é sistematicamente porque houve uma preocupação com a questão do fluxo da comunicação, explicou que a comunicação tem que ser horizontal, transversal e circular, se ela não acontecer nessa movimentação, nesse fluxo, ela não se efetiva, não se estabelece uma comunicação, que deve-se seguir o princípio básico da comunicação que é o emissor e receptor e se não existir isso, não existe comunicação. Fortalecer as ações do conselho é uma outra atribuição da comissão que vai ser colocado pela Rosário, mas a comissão de articulação ela teve um papel importante que foi fazer essa comunicação entre as comissões, porque não tem uma comissão mais importante do que a outra, uma se encaixa na outra para realmente defender os direitos da pessoa idosa. A conselheira **Maria do Rosário – MP** – falou sobre a importância de todas as comissões trabalharem em articulação porque as coisas não são independentes todas buscam a implementação das políticas públicas para pessoa idosa, todas tem um objetivo em comum. Expôs sobre a competência da comissão que está no regimento interno, que é articular a participação das demais comissões no sistema de visibilidade das ações do CNDI, elaborar e apresentar as propostas para o site, divulgar continuamente as atividades do conselho e da política do idoso, fornecendo subsídio para as notas da imprensa. Explicou que o ministério tem uma acessória de comunicação social, e a própria secretaria tem uma pessoa responsável por fazer esses textos, e colaborar na ativação das ações realizadas e desenvolvidas pelas entidades civis, por isso é tão importante os informes e a troca de informação e recomendar as comissões, e isso a comissão recomenda as comissões permanentes, no desenvolvimento de suas atividades, sempre dar ênfase ao trabalho especial integrado governo e sociedade, porque esse conselho não é formado só com governamentais nem só com sociedade civil, por isso precisa haver essa integração, de todas as representações. Frisou sobre a importância da secretaria entender que todos que estão aqui, estão para um bem maior que a população idosa. Passou para a apresentação do relatório (anexo): A conselheira **Maria Lúcia Secoti – PPI** – Frisou que, como prestação de contas para essa gestão, e para a próxima fica esse desafio da melhoria da comunicação interna, que houve conquistas, mas e uma linha, e um desafio que permanece ainda na realidade do CNDI. A conselheira **Maria do Rosário – MP** – Fez considerações, para nova gestão, enfatizou sobre a importância de se dar uma devolutiva a população apresentando as deliberações das conferências relacionadas com o tema, e fazer um levantamento dos avanços e desafios, e ao mesmo tempo fortalecer e retomar o observatório nacional da pessoa idosa que foi uma iniciativa ainda lá na secretaria de direitos humanos da presidente da



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

república. Que é importante que a comissão estabeleça uma articulação com as entidades que fazem parte do conselho. **Rogério Ulson – SNDPI-MDH** - pediu a palavra e anunciou a presença do ilustre deputado Roberto de Lucena, ele que teve um papel fundamental na formação, na luta da criação, foi o primeiro presidente da CIDOSO e atualmente defende população idosa do nosso país como presidente da frente parlamentar mista, composta por duzentos e trinta e seis parlamentares, sendo seis senadores e duzentos e trinta deputados, eu queria que todos nós recebemos o deputado aqui com uma salva de palmas, e passou a palavra ao deputado. **Deputado Roberto de Lucena – Câmara dos Deputados** - *”Bom eu quero cumprimentar o secretario doutor Rogério e cumprimentar, a todos os conselheiros em nome do doutor Amin, que é como eu do estado de São Paulo, saudá-los pela relevância dos trabalhos que tem sido desenvolvido por esse conselho uma década trabalho profícuo serio que tem contribuído, colaborado para a organização de políticas públicas voltadas para a pessoas idosas nesse país. Eu tive aqui a satisfação e a honra de presidir, de ser o primeiro presidente da comissão parlamentar, da comissão permanente de defesa dos direito da pessoa idosa da câmara dos deputados, nesta ocasião, quando estivermos presidindo esta comissão importante, nós trabalhamos no congresso nacional para que o executivo pudesse instalar a secretaria nacional que hoje se ocupa com essa agenda , que se ocupa com esse tema, que vem fazendo com o apoio desse conselho, com a parceria desse conselho, um trabalho muito importante, então eu quero cumprimentá-los, eu quero parabeniza-los, nós estamos num momento importante de transição no nosso país, senti muito a falta do tema de políticas públicas para pessoa idosa nessa agenda do debate político, é episódios que ocorreram no meio do processo, eu entendo que tornaram o debate menos profundo do que poderia ter sido, mais nos estaremos certamente prontos, após domingo independentemente do que acontecer, para fazermos o trabalho junto ao congresso nacional, junto ao poder executivo para que nós possamos efetivamente levar a termo aquilo que nós já temos de legislação, que na minha opinião e uma boa legislação, mas para que nós possamos aperfeiçoar a nossa proposta de políticas públicas a efetividade dessas políticas públicas, eu fui reeleito em São Paulo para o terceiro mandato, eu quero aqui reafirmar o meu compromisso com uma agenda de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa de cuidados com a pessoa idosa não apenas em São Paulo, mas a nível nacional. Quero mais uma vez aplaudir, cumprimentar este conselho e quero colocar, secretario, mais uma vez o nosso gabinete, mais uma vez o nosso mandato à disposição, estão a inteira disposição dos senhores, a inteira disposição deste conselho. Hoje nós temos posse de uma nova composição do conselho, eu quero desejar muito sucesso aqueles que representarão, a coordenarão esse conselho e passada esta fase que o Brasil se discute, após as eleições no segundo turno, espero que tenhamos quanto antes uma nova oportunidade para nós discutimos e trazermos nesta conversa, nessa discussão aqueles deputados e deputadas que tem compromisso com essa agenda que lutam pela pessoa idosa, câmara dos deputados e nós possamos dessa forma fazer uma agenda para que seja de interesse da pessoa idosa. Que seja construída, endossada por vocês, por este conselho que são as pessoas que vivem isso diuturnamente, comprometidas com a causa e o mandato, mandato ele passa, mandato ele tem começo, ele tem meio, ele tem*



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

fim, agora a missão não, e vocês não estão aqui em função de mandato, o trabalho de vocês é mais do que um mandato o trabalho de vocês e um trabalho missionário é por isso que tem todo o meu apoio, tem todo o meu aplauso tem todo o meu reconhecimento, quero agradecer ao secretário Rogério, parabenizá-lo, ele que também é de São Paulo, quero parabenizá-lo pelo trabalho feito em frente da secretaria, agradecê-lo pela oportunidade de me dirigir aos nosso conselheiros. Você sabe que hoje eu fiquei só para poder vir aqui cumprimentar vocês, eu tenho voo, e tenho que estar no aeroporto daqui a pouco, o momento que você me liberar com a permissão e a licença dos senhores, eu vou pedir a permissão de me retirar. Muito obrigado que Deus nos abençoe, que Deus abençoe o Brasil!” O **presidente Rogério Ulson – SNDPI-MDH**– deu sequência, aos trabalhos, dando a palavra para a comissão continuar a apresentação de seu relatório (anexo) com a conselheira **Maria Lucia Secoti- PPI**–. **Maria do Rosário – MP** – passou a palavra para o conselheiro **José Aureliano Ribeiro – COBAP** — Enfatizou sobre a importância da composição das comissões que nas representações tem a sociedade civil e o de governo. Que naquela comissão a representação do governo, chegou tarde e quando a conselheira Maria do Rosário chegou foi muito bom, mas demorou, e ficou ele a Lúcia e a Ana Maria. Também reconheceu o trabalho da conselheira Lúcia suprimindo a falta da representante do governo. Disse que a presença do governo é muito importante, porque traz subsídio. Que gostaria que na próxima gestão não houvesse essa demora com a representação do governo, e que cada comissão deve ser composta por pessoas com perfil daquela comissão e isso é muito importante para se produzir mais. A conselheira **Maria do Rosário – MP** - agradeceu pelas palavras e lembrou que a conselheira Ana Maria- PPI é a suplente da pastoral participou de todas as reuniões e parabenizou. O presidente **Rogério Ulson – SNDPI – MDH** – sugeriu uma inversão da pauta para entregar os certificados aos conselheiros da gestão 2016-2108, aproveitando a presença do deputado. A conselheira **Lucia Secoti – PPI** –se pronunciou contrária a solicitação do secretário. O presidente **Rogério Ulson – SNDPI – MDH** – deu sequência passando a palavra para o relatório da comissão de normas. Antes a conselheira **Lucia Secoti – PPI** – pediu a palavra e disse, que para não houvesse ruído na comunicação, deu uma sugestão: que fosse entregue o certificado ao secretário nacional e presidente, pelo deputado, para fazer a foto afirmou que não poderia haver posse porque os relatórios não tinham sido concluídos. **Fala Fora do Microfone –Inaudível. Lucia Secoti – PPI** - Ele não pode, que ele tem voo, o deputado tem voo. O presidente **Rogério Ulson – SNDPI-MDH** - pediu para que os trabalhos continuassem, conforme a pauta dando sequência passou a palavra para comissão de políticas públicas dar seu relatório. A conselheira **Tereza Lins - ANG**– colocou que o relatório das políticas públicas ficou muito grande e que a comissão fez um power point para apresentar (relatório anexo) apresentou os integrantes da comissão :Camila Cipriano, Renan Aragão, Elizabete Bonavigo, Mariana Silva, Emanuel Dantas, Alba Maria Abigail, Avelina Neta, Feruccio da fazenda, Tereza Lins e Milza Solto Maior ANG, Veronica Tomsic, e Rita Martorelli – SESC, também informou que houve a substituição da Maria Cristina Sakaki, pediu para que constasse em ata que a conselheira Cristina Sakaki aqui na ANADEP ela não pode estar presente porque tinha audiências e estava de férias marcadas. Pediu para que os integrantes que tinham chegado



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

recentemente se apresentassem: o Feruccio; a Rita. **Solicitação:** que conste em ata que a conselheira Cristina Sakaki justificou a ausência, por compromissos assumidos, audiência e férias marcadas. A Conselheira **Tereza Lins – ANG** – fez os **encaminhamentos:** revisão do regimento CNDI, definição de eixos, monitoramento das resoluções das conferências passadas, que tinha sido feito um trabalho anterior feito pela coordenação geral da época que Maria Vicente que tinha levantado o que era 2006, 2009, 2011 é também a comissão foi atrás da 2016 e as deliberações elas estão sempre no nível da repetição de uma conferência para outra e também houve pouco avanço para que a política fosse efetivada, que o conselho continue o monitorando, e acompanhamento, elaboração de nota técnica, estuda posições sobre relacionar pessoa idosa, no ativo, no executivo e na política do cuidado e da 67/64 da PEC. A conselheira **Maria do Rosário - MP** – pediu uma questão de ordem haja vista que o presidente e o vice-presidente se retiraram da sala que assumisse a presidência e a pessoa com mais idade então e a Bernadete. A conselheira **Maria Bernadete - CFESS** – assumiu os trabalhos, e pediu para a conselheira desse prosseguimento. A conselheira **Tereza Lins – ANG** – continuou sua apresentação informando que os membros da comissão participaram da comissão eleitoral, e da comissão da conferência, e que a comissão considerou como conquista desse biênio foi a definição do temário, que foi muito trabalhoso. A conselheira **Maria Bernadete - CFESS** – passou a palavra para a **Comissão de Normas**, apresentar seu relatório - A conselheira **Claudia Bere - AMPID** – Cumprimentou a todos nós estamos aqui com um problema técnico mas eu não pretendia me basear muito no power point (relatório anexo) que gostaria de fazer umas observações sobre a comissão de normas e sobre o funcionamento do conselho. Relatou que a comissão de normas ela também ficou prejudicada pela falta de integrantes do governo ao longo do mandato nós tivemos a participação efetiva e muito ativa do ministério da justiça aqui representado pela **Magda** mais os outros dois, as outras duas vagas, uma época ficou vaga depois tinha alguém um nome lá que não participava ne, então nós também ficamos prejudicados por isso e na composição estava a **Bernadete** nossa conselheira do conselho federal, serviço social, a **Naira** da **SBGG**, que o regimento interno previa as funções das comissões, sugeriu que na próxima reunião de dezembro que os conselheiros tenham na pasta o relatório de gestão da respectiva comissão porque pode ser o jeito de iniciar os trabalhos, olhar o relatório vê o que está pendente da sua comissão, e o que merece prosseguimento. Frisou que a comissão teve uma certa dificuldade nos trabalhos que gostaria de passar, que embora tenha feito um planejamento viveu muito à custa de demandas que aparece na hora e tem que resolver na hora, que vem de órgão externos que acabam pautando o conselho, então você recebe um monte de consultas particularmente que não é a função do conselho ser um órgão consultivo, então na comissão de normas, nós recebemos inúmeros e-mails para análise, e o conselheiro ao invés de fazer a pauta do próprio conselho fica fazendo um tipo de atendimento ao público então e algo que eu deixo para o conselho pensar em como proceder sobre isso algumas coisas assim das mais simples e outras já são perguntas realmente de mérito, perguntando sobre assuntos determinados que não seria a função do conselho e distrai o conselheiro, que ao invés fazer o trabalho que ele se propôs ele fica interrompido, e isso veio muito. A comissão também teve muitas



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

interrupções, por questões emergenciais, por exemplo como falou a Tereza a PEC, quando teve a PEC da Previdência, nós paramos o que estávamos fazendo para nos manifestamos porque havia muitas questões afetando aposentados e idosos, inclusive afetando de forma muito grave aqueles mais vulneráveis, então achava inevitável esse tipo de interrupção porque nós temos que nos manifestar sobre as questões relevantes nós temos que organizar as comissões para ter um tempo para a parte emergencial e um tempo para prosseguir um trabalho como esse, por exemplo alteração do regimento interno, e aqui eu faço um voto de louvor ao trabalho da conselheira Magda que para a sorte de vocês vai continuar então ela tem esse trabalho feito, então ela fez esse trabalho grande de adequação mesmo as novas, as alterações legislativas nomenclaturas de ministérios de secretaria e etc., mais também houve sugestões todas as comissões para alterações. Também, nos teve um trabalho grande que foi e voltou relacionado ao transporte gratuito interestadual de pessoas idosas então nós mandamos uma provocação pra ANTT que é a agência nacional de transportes terrestres sobre a questão dos ônibus sempre dizerem são não convencionais e não fornecerem a passagem gratuita ou desconto de cinquenta por cento pra pessoas idosas. A ANTT nos mandou uma resposta nós não ficamos satisfeitos fizemos uma nova provocação e ai agora esse mês nós soubemos que tem um inquérito civil no ministério público federal a procuradora chamou aqui alguém do conselho acabou indo um representante da secretaria e fez uma proposta, e que ela está pretendendo fazer um termo de ajustamento de conduta com a ANTT dizendo que as vagas gratuitas também se aplicam aos transportes não convencional, ontem nos fizemos uma nota técnica apoiando isso mas lembrando que quando já foram concedida as duas passagens gratuitas para o idoso os próximos tem direito há 50% de desconto, e é algo que precisa ser acompanhado por que e uma matéria de bastante relevância. Nós também fizemos uma provocação para a ANVISA para regulamentar os Centros Dia porque a ANVISA tem uma regulamentação para as ILPIs sobre pessoal estrutura etc, e o Centro Dia é um serviço que tem surgido muito em são Paulo, mas acredito que em outros pontos do país também, que ainda não tem nenhuma regulamentação e ai quando vai fiscalizar tem dificuldade em cumprir as exigências, além disso vocês sabem quando um seguimento e muito fiscalizado e tem um segmento afim pouco fiscalizado e muito comum migrarem então eu acho que e algo que também merece ser acompanhado. A comissão de normas tem uma peculiaridade que quando as outras comissões aprovam alguma resolução ou algum edital costuma remeter para uma adequação e acaba sendo possível eventualmente uma análise que vem das outras comissões, então como disse a Rosário as comissões tem que trabalhar, articuladas entre si eventualmente nós nos reunimos para passar o trabalho de uma comissão para outra, são impressões praticas importantes para favorecer o trabalho de vocês. Desejo muito sucesso nos trabalhos, de se desenvolverá num período muito difícil para o país, e a crise tende a levar a cortes de verbas para as áreas sociais bem como a supressão de direitos. Então, o trabalho do CNDI é muito importante, nós somos ouvidos somos convidados, vocês viram aqui a presença do deputado, dizendo que nós temos espaço e bom relacionamento na comissão do idoso, boa sorte muito sucesso, nós contamos com vocês. O vice-presidente **Bahij Amin Aur – OAB** –Agradeceu a exposição da conselheira Cláudia, e retornou para a comissão de políticas públicas com a



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

conselheira Tereza coordenadora dessa comissão e também coordenadora de um grupo temático. Explicou que além das comissões, o conselho pode criar um grupo temáticos para tratar de assuntos mais particulares, mais específicos e de caráter permanente, ou de caráter transitório. Que se trata de um grupo temático para tratar de assuntos de educação, sobretudo sobre a implementação do artigo 22º do estatuto do idoso. A conselheira **Tereza Lins – ANG** – apresentou o relatório do **GT anexo** O presidente **Rogério Ulson – SNDPI-MDH** - deu sequência aos trabalhos, passando a palavra para a coordenação do CNDI. A coordenadora **Eunice da Silva – CNDI** –Cumprimentou e informou que a coordenação preparou um relatório, que na verdade é uma síntese de tudo o que foi apresentado, que foi acrescentada umas fotos, uma chamada, para ficar registrado. (relatório anexo) – primeiro a composição do conselho, a equipe que trabalhou, as siglas que foram usadas, atribuições e contribuições do CNDI, o estatuto do idoso porque a tiragem foram 50mil cópias , isso não foi feito, nessa gestão mais as tiragens foram sendo feitas aos poucos, então foram sendo impressos até completar 50mil; os editais todos que foram publicados; as portaria ; todas as resolução ; material sobre o fundo nacional do idoso ;os kit equipagem; o demonstrativo da entrega do kit equipagem; as comissões com as fotos, ressaltou que as fotos não estavam atualizadas sendo essas as últimas fotos que foram tiradas; a comissão de gestão do fundo nacional do idoso orçamento e finanças, a foto da última reunião e esse relatório que esta anexo da comissão do fundo, foi um relatório que nós tiramos da última ordinária que a comissão apresentou, os relatórios que foram prestados; comissão de articulação com os conselhos, comunicação social comissão de políticas públicas. no próximo tópico colocamos a participação do CNDI no eventos externos eventos: fórum dos direitos humanos das pessoas idosas que ocorreu nos dias 11 e 12 de maio de 2017, o próximo fórum Inter conselhos 2017, PPA 2016/2019 a conselheira **Lucia Secoti – PPI - pediu** licença, e colocou que esse encontro aconteceu em outubro do ano passado e que foi um pedido dos conselhos estaduais que ele acontecesse anualmente. A coordenadora prosseguiu sua apresentação: o próximo tópico trata de eleição biênio 2018/2020 foi muito bem organizada ressaltou que a equipe trabalho muito bem. Depois vem as reuniões descentralizadas e ordinária e vamos fechar o relatório com a posse da nova gestão. A coordenadora deixou uma palavra de gratidão; gratidão pelos dias vividos, compartilhados com esses colegiados, gratidão pelo aprendizado e comprometimento na defesa dos direitos daqueles que muito contribuíram e contribuem para o desenvolvimento do nosso país, gratidão pelo tempo que para muitos agraciados chegou e nós esperamos chegar. Deixou um versículo do salmo 90:12 que diz assim, "*ensina-nos a contar os nossos dias de tal maneira que alcancemos corações sábios*". Que a sabedoria, a força, e a coragem nos motivem a continuar lutando por essa causa. O presidente **Rogério Ulson – CNDI-MDH**- passou para a entrega dos certificados, para os conselheiros que estavam terminado a gestão. A coordenadora **Eunice da Silva – CNDI-MDH**- informou que foi preparada uma Menção Honrosa para entregar aos conselheiros que estavam finalizando a gestão. O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI-CUT**– deu uma sugestão sobre o relatório da coordenação, que o relatório fosse encadernado e encaminhado com a foto de todos os conselheiros para ficar tudo registrado. O presidente **Rogério Ulson – SNDPI-MDH**– convidou o



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

vice-presidente Amin para participar da entrega da Menção Honrosa para os conselheiros, a quem agradeceu pelo trabalho que foi feito e aos novos conselheiros recomendou que sejam sempre acolhedores com as pessoas idosas e com todo ser humano, que recebam as pessoas com carinho e não com grosseria, que é isso que sociedade espera do conselho: polidez, educação e que jamais recebam as pessoas com grosseria. A participante **Simone Fontenele** – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas– parabenizou e disse atualmente está como presidente do conselho municipal da pessoa idosa de palmas, que é uma honra e alegria estar prestigiando esse momento histórico porque nós fazemos parte da história da política pública da pessoa idosa no Brasil , cada um dentro da sua região e que depende muito do CNDI para continuar com as propostas, com os projetos, na melhoria da política pública da pessoa idosa. Que em 2015 houve uma lei que reestruturou o conselho, mais que a lei de criação do conselho é de 1999 e só foi implementado em 2008 e desde então funciona todos os dias. Que nesses dez anos foi uma construção que representa o governo a secretaria de desenvolvimento social que foi reconduzida por mais dois anos, disse que nesses dois anos tiveram muitas conquistas pediu desculpas por ter quebrado o protocolo e agradeceu. A coordenadora **Eunice da Silva** – CNDI-MDH– fez a chamada, e o Presidente e vice entregaram a Menção Honrosa aos conselheiros que estavam terminando a gestão O Dr. **Bahij Amin Aur** – OAB –disse que ia se prevalecer do fato de ser vice presidente ainda para usar um pouco da palavra, dizer que o primeiro certificado que recebeu foi do grupo escolar quando terminou o primário que esperava que esse não fosse o último. **Epitácio Luiz Epaminondas** – SINTAPI/CUT— Enfatizou que educação a gente trás de casa, que não se repassa as coisas no meio dos outros, que não era favorável a quem foi deselegante e nem a quem é deselegante. A coordenadora **Eunice da Silva** – CNDI-MDH- passou a continuação dos trabalhos para a comissão eleitoral. A integrante da comissão eleitoral **Tereza Lins** – ANG -Pedi para que os antigos conselheiros, estivessem presentes junto com os atuais conselheiros para dar a posse. **Maria Bernadete** - CFESS- na qualidade de presidente da comissão eleitoral leu a ata da assembleia de eleição do CNDI, (anexa) e iniciou a chamada para a posse. **Tereza Lins** – ANG - enfatizou que teriam três documentos para assinar: a íntegra do termo, a lista de presença, e assinatura do termo de posse. Foi feita a chamada dos novos conselheiros que assinaram os documentos e o vice-presidente **Bahij Amin Aur** – OAB - terminou aquela parte da nossa reunião ao que deu posse ao novo conselho e os antigos conselheiros que não foram reconduzidos. Agradeceu o posto vice-presidente e por ter presidido o conselho por várias vezes que a presidência ficou vaga durante aquele período. Agradeceu a compressão e de coração expressou muito carinho por todos. Ressaltou, que a nova gestão iniciaria a reunião as 14:00h sendo que e a primeira providencia desse novo conselho seria eleger o presidente e o vice presidente e pelo regimento presidência deveria ser ocupada por uma pessoa que represente a sociedade civil e a vice presidência e uma pessoa que represente um órgão governamental. Que a partir daquele momento os cargos de presidente e vice-presidente estavam vagos até a posse para os respectivos cargos. Que, pelo regimento interno a reunião, do período da tarde deverá ser presidida pela conselheira com mais idade, que a decana é a conselheira Josefa, porém ela teve um impedimento, portanto passa ao vice decano Sergio



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

cabendo a ele a presidência da seção. Sugeriu que antes as duas bancadas do governo e da sociedade civil façam uma reunião informal que não precisa ata nem coisa nenhuma porque não está prevista regimentalmente, mais que é uma boa pratica democrática que as duas bancadas se reúnam antes para eventualmente indicarem para o conselho as candidaturas. A coordenadora **Eunice da Silva CNDI**– pediu a palavra para informar que a deputada Leandre enviou um e-mail ao conselho, dizendo que infelizmente em virtude de compromisso ela não pode estar presente, mandou um abraço a todos e reiterou o compromisso com o conselho, bem como colocou seu gabinete a disposição do conselho. As 14:00h os representantes do governo se reuniram no gabinete do Secretário para escolheram o representante do governo para o cargo de vice-presidente do CNDI gestão 2018/2019, e os representantes da sociedade civil se reuniram na sala de reuniões do gabinete do 10º andar, para escolherem o representante da sociedade civil para ocupar o cargo de Presidente do CNDI. O conselheiro **Sergio Antônio - SBGG**– Assumiu a presidência da assembleia na qualidade de conselheiro mais velho. Enfatizou que o único objetivo naquela primeira parte da reunião seria a eleição de presidente é vice-presidente do conselho nacional dos direitos da pessoa idosa para o exercício 2018/2020. Lembrou que havia sido feita numa previa entre sociedade civil e pelo outro grupo do governo, onde restou definido que a presidência nessa próxima gestão está a cargo de um representante da sociedade civil e a vice-presidência dos órgãos governamentais. Pediu para que algum conselheiro da sociedade civil colocasse o resultado, e a mesma forma para representação governamental. O conselheiro **Raphael Franco – OAB** -expos que foi feita uma reunião e por meio de um processo bem democrático, conforme ratificado pelo demais candidatos concluiu-se por como candidata a representante da pastoral da pessoa idosa- PPI na pessoa da conselheira Maria Lúcia Secoti. A conselheira Magda **Fernanda Medeiros – MJ** Informou que foi feita uma reunião com a bancada governamental e entendemos, inclusive como consenso, como um candidato quase natural, em questão da sua postura, da sua posição dentro da secretaria nacional de promoção os direitos da pessoa idosa, nós estamos lançando como candidato à vice-presidência o secretario Rogerio Ulson. **Sergio Antônio - SBGG**– Explicou que como temos uma candidatura publica tanto para presidência quanto para vice, fez a proposta de fazer uma eleição geral, porque não havia a necessidade de uma eleição formal em termos de votos secretos ou de qualquer outra concessão. Então a eleição segue com a aprovação por aclamação da conselheira Maria Lúcia Secoti representando a pastoral da pessoa idosa, e o Secretário Rogério Ulson como vice-presidente do conselho de acordo. Ao que todos concordaram- passou a palavra para a presidente **Maria Lucia Secoti – PPI** - Que agradeceu a confiança, que recebera da sociedade civil, agradeceu também a parceria com a sociedade civil e o poder público com o Rogerio na vice-presidência. E assim iniciou os trabalhos a pauta -antes deu a palavra para o vice-presidente Rogerio Ulson-**SNDPI-MDH**- Que agradeceu a todos pela confiança, não só os conselheiros governamentais mais também os da sociedade civil disse que ficou feliz, pelo consenso pelo trabalho da Lúcia que já é conhecido de longa data. Frisou que os outros que tinham a pretensão ao cargo sem dúvida também iriam representar com muito brilho. Agradeceu a oportunidade em dar continuidade ao trabalho na certeza de que caminhando juntos vamos continuar



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

promovendo os direitos, a defesa e a promoção dos direitos da pessoa idosa. A presidente **Maria Lucia Secoti – PPI** - Deu início aos trabalhos com a composição das comissões. Informou que no regimento as vagas já estavam estipuladas. que daria a oportunidade para que cada um se pronunciasse sobre qual comissão gostaria que a entidade representasse que havendo empate se propõe uma reorganização indo para outra comissão, persistindo ainda, se faz uma votação. E a votação se faz pelo regimento vai ser escolhido de acordo com a área de atuação de cada um, de cada entidade porque uma das coisas que se e que não existe é conselho sem comissão. Sem a atuação das comissões sem as notas técnicas, que o papel da presidência é dar os encaminhamentos. A conselheira **Magda Fernanda Medeiros – MJ** –pediu a palavra para fazer um destaque com relação a composição das comissões. Enfatizou que as comissões são paritárias, inclusive no processo subsequente de escolha dos coordenadores a vai depender o governamental e sociedade civil ou inverso sociedade civil e governamental. **Fala não identificada** - fez um esclarecimento que nesse tópico que a Magda trouxe o regimento deixa livre essa definição que é governamental ou não governamental. que a escolha seja feita dentro da comissão, porque o coordenador da comissão ele tem tanto coordenador vice ele já vai assumir de cara. Fez a proposta para que fosse escolhido o coordenador e vice dentro da comissão se for alguém do poder público ótimo se for alguém governamental, não governamental sociedade civil ótimo. A conselheira **Walquiria Cristina Batista – ABRAZ** –Perguntou se colocaria os nossos nomes nas comissões e o grupo decide quem será o coordenador e vice coordenador? A presidente **Maria Lucia Secoti – PPI** –Confirmou e explicou que o regimento deixa aberto, só diz que tem que ter um coordenador e vice, ele não prevê essa alternância. Então, a princípio nós vamos fazer uma rodada e cada entidade vai dizendo qual comissão gostaria de estar. Depois, em caso de haver empate a gente decide. A conselheira **Adriana – CONTAG** –Solicitou que se apresentasse o que cada comissão faz, devido a chegada de muitos conselheiros novos. A presidente **Maria Lucia Secoti - PPI**- colocou que a competência da comissão de políticas públicas está prevista no artigo 32º do regimento interno que foi lido pelo conselheiro **Raphael Franco – OAB** - artigo 32º- de política públicas. *Artigo 32º são atribuições da comissão de políticas públicas, acompanhar e avaliar a política nacional do idoso, dois assessorar, acompanhar, monitorar e avaliar o plano estratégico nacional de implementação das deliberações da conferência nacional dos direitos da pessoa idosa , três criar mecanismos e instrumentos, estratégias para assessorar e monitorar a formulação operacionalização dos planos estratégicos estaduais distrital e municipais, decorrente das preceptivas concorrência, quatro monitorar é avaliar os serviços públicos e privados que compo nha a rede de promoção, proteção e defesa da pessoa idosa, quinto compor a normatização de programas a fundo a política nacional do idoso...* A presidente **Maria Lucia Secoti – PPI** - Convidou outro para ler o artigo 33º, comissão de finanças, orçamentos e finanças 33º, **Fala não identificada** - *Apreciar as diretrizes e propostas orçamentárias pertinentes ao seguimentos idoso elaboradas pelo ministério setoriais, acompanhar e avaliar a sua execução, assessorar, acompanhar, e avaliar o plano estratégico nacional de implementação das deliberações da conferência nacional dos direitos da pessoa idosa no que se refere ao orçamento é financiamento, ampliar*



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

*mecanismo, instrumentos e estratégias para assessorar na formulação da proposta orçamentária dos planos estratégicos, estaduais, distrital e municipais e a respectiva execução financeira, monitorar os serviços públicos e privados e compõem a rede de promoção, proteção e defesa da pessoa idosa identificar as necessidades da presidência e das demais comissões no que diz respeito às gestão administrativa e financeira do CNDI, solicitar que a secretaria de direitos humanos informe que os recursos previsto nas funcionais programáticas específica para gestão e funcionamento do CNDI, parágrafo único, a previsão orçamentaria prevista no inciso sexto deverá observar o calendário orçamentário a ser submetido ao plenário do CNDI. A presidente **Maria Lucia Secoti – PPI** - solicitou a leitura do Artigo 34º, A conselheira **Magda Fernanda Medeiros – MJ** procedeu a leitura art 34º - São atribuições da comissão de normas, I- opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimental idade das matérias que foram submetidas por deliberação do plenário por despacho da presidência por consulta de qualquer comissão ou de qualquer de seus integrantes, podendo: a) analisar e analisar nota técnica acerca das cercas de projetos de leis de interesse da área da pessoa idosa, tramitação no congresso nacional, b) propor a criação ou alteração de projetos de leis e normas para garantir os direitos da pessoa idosa; c) acompanhar a tramitação dos projetos de lei de interesse da pessoa idosa, em tramitação no congresso nacional; d) presta esclarecimento, orientações e fazer os encaminhamentos pertinentes nos casos de ameaça, ou violação dos direitos da pessoa idosa assegurados nas leis e nas constituição federal; II) opinar sobre os requerimentos de votos de censura, aplauso ou semelhante; III) três propor alteração no regimento interno do CNDI; IV) quatro propor a realização dos estudos e debates e pesquisas sobre as aplicações e os resultados estratégicos, alcançados métodos de atendimento ao idoso. Presidente **Maria Lucia Secoti – PPI** - solicitou a leitura do Artigo 35º- **Fala não identificada** - São atribuições da comissão de articulação com conselho de comunicação social: I- organizar coletâneas de lei de decretos e leis legais que versem sobre as políticas nacionais nacional do idoso mantendo atualizada; II- organizar coletânea de resoluções do CNDI, resgatando a memória histórica e ordenando a parti do CNDI; III) organizar e analisar calendário anual, de datas comemorativas ou alusivas aos direitos humanos das pessoas idosas e as políticas públicas da pessoa idosa; IV), elaborar e apresentar propostas para os site CNDI e para as demais formas de divulgação; V) divulgar de forma nutada as informações do CNDI e da política nacional do idoso por meio de notas de empenho, envio de boletins eletrônicos; VI) articular a participação das demais comissões permanentes no sistema de visibilidade das ações do CNDI; VII) colaborar na divulgação das ações e atividades realizadas e desenvolvidas pelas entidades civis representativa da pessoa idosa no âmbito nacional; VIII) recomendar as comissões pertinentes do CNDI que o desenvolvimento de suas atividades seja dada a ênfase especial com o trabalho integrado governo e sociedade buscando torna o CNDI um privilegiado dos direitos da pessoa idosa contribuindo assim para tornar referência nacional na temática. Presidente **Maria Lucia Secoti – PPI** - solicitou a leitura do Artigo 36º A conselheira **Walquiria Cristina – ABRAZ** procedeu a leitura -art 36: são atribuições das comissões de gestão do fundo nacional do idoso: I- elaborar anualmente os planos de trabalho de aplicação dos*



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

recursos do fundo, considerando meta estabelecida para o período em conformidade com o plano de ação anual contém os programas para implementar o parâmetro da política nacional do idoso; II. definir os procedimentos para os critérios já serem contemplados pelos editais para aprovação de projetos para serem financiados por custos do fundo nacional do idoso em consonância com os principais municípios regulamentários estabelecidos; III- publicizar os projetos que trabalham no editais financiados pelo fundo nacional do idoso; IV - monitorar e avaliar o fundo nacional do idoso pelo intermédio de balancetes, relatório financeiro e balanço anual do fundo do idoso sem prejuízo de outras formas, garantia da devida publicação dessas informações de sintonia disposto em específica; V- monitorar e fiscalizar os programas os projetos, as ações e serviços financiados com o fundo segundo critérios e-mails definidos pelo CNDI em resolução específica e na legislação pertinente; VI- demandar aos responsáveis, as informações necessárias são acompanhamento é avaliação das atividades trabalhadas pelo fundo nacional do idoso; VII- verificar a qualquer tempo longamente das atividades apoiada pelo fundo nacional do idoso; VIII- desenvolver atividade relacionada a ampliação de capacitação para o fundo; IX- mobilizar a sociedade para trabalhar em conjunto com respectiva e conselho num processo de fiscalização da aplicação de minúcias do fundo nacional do idoso; X- avaliar e aprovar o registro das instituições e suas inscrições dos programas para o CNDI. A Presidente **Maria Lucia Secoti – PPI** - Agradeceu a conselheira Adriana, pela sugestão de ler as atribuições de cada comissão. **Deliberação:** Após manifestação de cada conselheiro sobre seu interesse em participar das comissões a definição, a composição das comissões apresentou-se da seguinte forma: **Comissão de Gestão do Fundo Nacional do Idoso:** Ministério do Esporte - **ME**. Duas vagas existentes para o governo, a serem definidas em outra ocasião. Como representantes da sociedade civil: Associação Nacional de Gerontologia do Brasil - **ANG**, Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos - **SINTAPI/CUT** e Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - **MORHAN**. **Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social:** Ministério do Trabalho **MTB**. E uma vaga governamental, a ser definida em outro momento. Como representantes da sociedade civil: Confederação Nacional das Instituições Financeiras - **CNF**, e Associação Brasileira de Alzheimer - **ABRAZ**. **Comissão de Normas:** Ministério da Justiça – **MJ** e Ministério das Relações Exteriores - **MRE**. Uma vaga para o governo, a ser definida em outro momento. Como representantes da sociedade civil: Ordem dos Advogados do Brasil - **OAB**, Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência - **AMPID** e Associação Nacional dos Defensores Públicos - **ANADep**. **Comissão de Orçamentos e Finanças:** Ministério da Fazenda - **MF**, Ministério do Planejamento - **MP**, como representantes governamentais. Como representantes da sociedade civil: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG**, e Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas **COBAP**. **Comissão de Políticas Públicas:** Ministério do Desenvolvimento Social – **MDS**, Ministério da Educação - **MEC**, e Ministério da Saúde – **MS**, como representantes governamentais. Como representantes da sociedade civil: Sociedade Brasileira de Gerontologia - **SBGG**, Federação Nacional das APAES - **FENAPAES** e Serviço Social



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

do Comércio - **SESC**. A presidente informou que as comissões devem escolher o coordenador e o vice coordenador. A conselheira **Cristiane Branquinho – AMPID** - perguntou se existe alguma obrigatoriedade da coordenação e a vice coordenação nessa gestão ser do governo ou não. A presidente **Lucia Secoti – PPI** - respondeu que o regimento deixa aberto, então cada comissão vai escolher sua coordenação. A conselheira **Magda Fernanda Medeiros – MJ** - expôs que o conselho é paritário, que seria importante e fundamental que as comissões também fossem paritárias. Enfatizou que as reuniões ordinárias se realizam a cada dois meses a diretoria ampliada que atua como colegiado nesses intervalos que é importantíssimo que ela seja também paritária para que essa comissão seja equilibrada. **Walquiria Cristina Batista – ABRAZ** - colocou que em agosto teve o encontro dos conselhos estaduais e que havia sido assinado, por todos os presidentes e vice presidentes do conselho estadual do idoso, uma carta que inclusive colocou conjunta com o conselho nacional do idoso, pedindo a prorrogação do prazo do BPC, que foi entregue para Eunice, que informou que encaminharia para o pleno. Que houve a reunião do pleno, que conversou com a Tereza, que estava na comissão de política e não se discutiu isso, que gostaria que na próxima reunião fosse tratado o assunto. A presidente **Lucia Secoti - PPI** - solicitou que se concluísse um tópico para iniciar outro, retomou a questão levantada pela conselheira Magda sobre a coordenação vice coordenação das comissões, disse que se trata de uma questão regimentalmente, que é livre. Sugeriu que a comissão agora definida conversasse e definisse a questão. O conselheiro **Luiz Eduardo de Lima – CNF** – lembrou que a coordenação da mesma forma, como presidente e vice-presidente tem mais disponibilidade. Que quem assumir a coordenação tem a responsabilidade de que todo mês tem uma reunião aqui em Brasília, da diretoria ampliada, e se comprometer com essa atividade. A conselheira **Mariana - MS**- colocou que concorda com a conselheira Magda em relação a paridade da diretoria ampliada e sugeriu que poderia deixar essa espontaneidade para que as comissões definissem quem vai conduzir, coordenar e presidir e depois o pleno validaria, e se não atingisse a paridade poderia reavaliar. A conselheira **Aline Sá - MESPORTE**–sugeriu que fosse feita uma alternância na coordenação. **Lucia Secoti - PPI** - deu a palavra para conselheira **Elaine Cristina Sampaio – MEC** – que pediu licença para se retirar em razão de uma agenda com o secretário e com o ministro que já estava agendada antes desse encontro. Agradeceu todos pela oportunidade e expressou alegria e disposição em contribuir efetivamente com o conselho. A conselheira **Lucia Secoti - PPI** - enfatizou a sugestão da Mariana e pediu que a discussão e estabelecesse dentro do grupo, e perguntou se o colegiado concordava. A conselheira **Mariana Silva – MS** — Reformulou a colocação, sugerindo que fosse definido no grupo, mas que o pleno avaliasse considerando o critério de paridade para diretoria ampliada. **Lucia Secoti – PPI** - podemos dar esse encaminhamento e seguir, pode ser feito assim, então vamos dar esse encaminhamento. **Encaminhamento: que as comissões definam o coordenador e vice e que seja validado pelo pleno, verificando-se o critério de paridade para diretoria ampliada.** A presidente informou que depois pediria para Eunice passar a agenda para cada comissão para que já fossem discutindo porque na reunião da diretoria ampliada o coordenador ou o vice terá que vir. Então, que se atentem para as colocações do conselheiro Luís sobre



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

essa disponibilidade. A presidente passou a palavra para Simone de Tocantins se despedir **Simone Loiola – COMDIP- PALMAS** – Agradeceu a ilustríssima presidente e desejou muito sucesso para essa nova gestão. Expressou sua alegria de ter aqui como conselheiro seu orientador do mestrado em 2008, o professor Vicente de Paula Faleiros, que é sem dúvida uma das pessoas que representa muito bem as políticas públicas e pesquisas nesse país não só na área do idoso mais também na área da criança e adolescente, agradeceu ao professor, enfatizou que essa nova composição tem uma responsabilidade muito grande em dar continuidade às políticas públicas. Que aprendeu com o professor Faleiros que: *os direitos só são garantidos se as políticas públicas forem efetivas e efetivadas*. Desejou sucesso e vida longa com saúde e qualidade para todos nós que envelhecemos desde a concepção. A presidente **Lucia Secoti – PPI** -Desejou um Feliz retorno para a Simone. Tratou da organização da agenda até o fim de dezembro desse ano. Informou sobre a previsão da reunião de diretoria ampliada, explicou que essa diretoria ampliada é composta pelo presidente, pelo vice, pelos coordenadores das comissões e na ausência dos coordenadores o vice coordenador precisa estar presente. Que esta reunião está prevista para o dia 21 de novembro aonde se discutira os assuntos, as pautas que chegaram para o encaminhamento da reunião ordinária. O conselheiro **Luiz Eduardo de Lima - CNF** - lembrou que ainda não estava definido os coordenadores. A presidente **Lucia Secoti - PPI**- explicou que a proposta que conselheira a Mariana trouxe foi que seria discutido pelas comissões, através de e-mail, e sena decisão, dentro das comissões não prevalecesse a paridade, que se levaria para o pleno. A conselheira **Mariana Silva – MS**- perguntou quando as comissões iriam ser organiza para definir a coordenação o considerando a tempo para reunião da diretoria ampliada. A conselheira **Walquiria Cristina Batista – ABRAZ** -Opinou que se definisse a coordenação naquele dia. A presidente **Lucia Secoti – PPI**- enfatizou que o assunto já havia sido deliberado, mas que estava sendo retomando pelos conselheiros sugeriu que se fechasse as datas e abrisse um tempo para as comissões decidirem sobre a coordenação. A conselheira **Walquiria Cristina Batista – ABRAZ** - Concordou com a proposta da presidente e pediu para fazer um **encaminhamento**, pois uma vez que estava se iniciando uma nova gestão seria importante que houvesse um planejamento, um plano de ação do que vais e fazer nesses dois anos de mandato, que fosse construído coletivamente, e que os conselheiros encaminhem suas propostas para em dezembro virem com algo montado nesse sentido. A presidente **Lucia Secoti - PPI**- Lembrou, que esse assunto estava sendo tratado, que a diretoria ampliada é justamente para trabalhar e criar as pautas, estudar todos os encaminhamentos que serão dados na ordinária, mas que ficou o registro da conselheira da Abraz. O conselheiro **Raphael Franco – OAB** - Pediu para fazer um momento de informe, informacional no final da reunião. A presidente **Lucia Secoti – PPI** -informou a agenda: *reunião da diretoria ampliada* para os coordenadores ou vice coordenadores dia 21/ 11/ 2018 em Brasília e a nonagésima sétima *reunião ordinária* será no dia 6 e 7 de dezembro, sendo que o primeiro dia será dedicado ao encontro das comissões e o segundo dia é a plenária que deverá ser deliberada a programação de 2019 e 2020 **Deliberação:** O colegiado concordou em aprovar ou fazer alterações do calendário de reuniões na próxima reunião da Diretoria Ampliada. A conselheira **Walquiria Cristina**



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Batista – ABRAZ - pediu a palavra e sugeriu que os relatórios das comissões da gestão passada fossem fornecidos para as comissões, e também que fosse dada uma capacitação para os novos conselheiros, que se verificasse a possibilidade de ministrar esse curso no mês de dezembro, uma capacitação, uma formação de conselheiros, sobre qual e o papel do conselho, e o papel do conselho governamental, não governamental o que é controle social bem como próprio funcionamento do CNDI. Pediu que fosse verificada essa possibilidade e que poderia ser ministrado pelos próprios conselheiros. Observou, que o Rafael coordena uma especialização na área de envelhecimento a quatorze anos, ela é conselheira, o professor Vicente Faleiros, o Amin. A presidente **Lucia Secoti - PPI**- Explicou que isso já havia sido deliberado, na gestão anterior, e que o curso já estava construído, que fora apresentado pelo GT educação, inclusive no sentido de aproveitar os talentos do colegiado. Outra questão que já tinha sido pautada para a diretoria ampliada é que constara na pasta de todas as comissões os relatórios que a composição anterior trabalhou, que o CNDI irá subsidiar nesse primeiro encontro no dia 6 de dezembro.

Deliberação: inserir os relatórios apresentados pela gestão anterior nas pastas das comissões da gestão atual para subsidiar os trabalhos. A presidente Maria Lúcia Secoti deu a palavra o conselheiro **Luiz Eduardo de Lima - CNF** - explicou que essa questão do curso deve ser planejada como pessoal de finanças, porque esse ano a secretaria está passando por uma dificuldade muito grande, que foi difícil trazer todos os conselheiros para Brasília e teve muita dificuldade para emissão das passagens para essa reunião, então precisaria ver a questão do orçamento e olhar com calma para não atropelar. A presidente **Lucia Secoti – PPI** - sugeriu dar uns quinze minutos para as comissões definirem o coordenador e vice coordenador e já colocar isso como deliberação dessa reunião e que depois abre para os informes e encerramento da reunião. A conselheira **Magda Fernanda Medeiros – MJ** - esclareceu que a coordenação necessariamente teria que ser assumida por quem está no exercício de titularidade, que não existe o suplente do coordenador, existe o vice coordenador e o exercício da vice coordenação é de uma outra instituição. A conselheira **Walquiria Cristina Batista – ABRAZ** - perguntou se isso estava previsto no regimento. A presidente **Lucia Secoti – PPI** - respondeu que o coordenador tem que ser o titular. A conselheira **Walquiria Cristina Batista – ABRAZ** - Enfatizou que essa questão era importante, porque os representantes foram eleitos pelas entidades não por pessoas. A conselheira **Magda Fernanda Medeiros – MJ** - Explicou que, o regimento diz que as comissões terão um coordenador e um vice coordenador e que esse coordenador e esse vice coordenador eles serão alternados entre sociedade civil em governo. Que se tem um coordenador e que o vice assume, quando o coordenador não está, então necessariamente não é a instituição e a pessoa. A conselheira **Aline Sá – MESPORTE** –concordou com as colocações da conselheira Walquiria no sentido de que por exemplo ela é suplente ela não assumiu o cargo de coordenadora, mas ela pode por exemplo defender que a entidade dela como suplente assumira a coordenação da comissão. A presidente **Lucia Secoti - PPI**- respondeu que Não, quem não é titular não pode assumir essa função dentro da comissão. Esclareceu que se o suplente quiser participar das reuniões juntamente com o titular ele terá que arcar com o custo das passagens recursos próprios porque só pode ser emitida a passagem para o suplente se o titular não vem pra



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

a reunião e quando ele vier para a reunião ele vai participar naquela comissão mais ele não vai responder pela coordenação mesmo que o seu titular seja coordenador, naquele momento quem assume e o vice coordenador. A conselheira **Walquiria Cristina Batista – ABRAZ** - disse que a colocação foi em outro sentido. A conselheira **Aline Sá – MESPORTE** –colocou que a sociedade civil já havia coordenado a comissão dos fundos na gestão passada, e que seria logico e razoável que o ministério do esporte o governo assumisse. Enfatizou, que não estava defendendo a posição pessoal de coordenadora, mas a posição do ministério do esporte na coordenação da comissão. A presidente **Lucia Secoti – PPI** –Ressaltou, que entendeu a preocupação e que daria encaminhamento e daria encaminhamento. A conselheira **Walquiria Cristina Batista - ABRAZ** - Esclareceu que a entidade que foi eleita, inclusive saiu o nome da entidade não o nome da pessoa, e que quem tem voz é o titular, e na ausência do titular e que o suplente assume. A presidente **Maria Lucia Secoti – PPI** -Explicou que na ausência do titular o suplente assume na plenária nas deliberações, que na ausência do titular ele vota ele tem direito a voz e a voto na comissão. Que se o suplente vier num dia que o titular não vier o suplente irá atuar na comissão que o titular está, mas que não vai responder nem pela coordenação nem pela vice coordenação. A conselheira **Walquiria Cristina Batista - ABRAZ** - Divergiu do entendimento apontado, porque não está no regimento, disse que a comissão de política queria indicar o professor Vicente Faleiros que é suplente, e é do distrito, que é e uma pessoa que tem todo o entendimento nessa área. Frisou que não está no regimento. A presidente **Lucia Secoti – PPI** - Colocou que se as comissões que tivessem dúvidas, que não fechassem, que daria uns dias para que se discutisse a questão, sugeriu que as comissões que conseguir definir ficará decidido e as que não conseguirem que se decida depois. **Aline Sá – MESPORTE**- Pediu para discutir o assunto com os componentes da comissão. A presidente **Lucia Secoti – PPI** -Respondeu que não, pode porque tem um titular, que essa questão pode ser uma conversa interna dentro do seu ministério, para que você seja indicada para titularidade e o titular ir para a suplência, que pode haver essa invenção. Enfatizou, que essa e uma questão que pode ocorrer com qualquer entidade, que esse impasse, pode ser resolvido dessa maneira; que no caso colocado pela conselheira Aline, o próprio ministério pode inverter a própria indicação. Feito os esclarecimentos passou para a indicação da coordenação pelas comissões, conforme **Deliberado: Comissão de Políticas Públicas:** Sérgio Antônio Carlos – SBBG (Coordenação) e Mariana Sousa Silva – MS (Vice-Coordenação). **Comissão de Orçamento e Finanças:** Avelina Alves Lima Neta – MF (Coordenação) e Luis Legnani – COBAP (Vice Coordenação). **Comissão de Normas:** Raphael Franco Castelo Branco Carvalho - Oab (Coordenação) e Magda Fernanda Medeiros Fernandes – MJ (Vice-Coordenação). **Comissão de Articulação:** Walquiria Cristina Batista Alves Barbosa – Abraz (Coordenação) e o suplente a definir em outro momento. **Comissão do Fundo:** A conselheira Aline, ficou encarregada de entrar em contato com o seu ministério, para poder torna-se a representante titular do órgão e assim, poder assumir a Coordenação da Comissão de Fundo. A Presidente **Maria Lucia Secoti – PPI**- Parabenizou a todos e agradeceu por terem assumido mais essa missão dentro do conselho. Passou para os informes; **1) Raphael Franco – OAB** - cumprimentou a todos e todas e informou que



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

nos dias 19 e 20 do mês de novembro haverá um encontro nacional dos fóruns permanentes sociedade civil organizada em defesa do idoso que na verdade é uma articulação de vários fóruns estaduais. Que vai ocorrer aqui na cidade de Brasília e dentro da programação haverá uma audiência pública no senado, um ato público na esplanada dos ministérios. que a programação será compartilhada no grupo de whatsapp agradeceu aos conselheiros e a equipe técnica. **2) a conselheira Magda Fernanda Medeiros – MJ** - Informou que o conselho nacional de segurança alimentar e nutricional chamou vários conselhos nacionais para organizar uma plenária popular inter conselhos e ele convidou inclusive o conselho nacional da pessoa idosa cujo objetivo é fazer uma carta manifestando o interesse nas prioridades que se tem em razão da democracia e dos direitos humanos é uma carta para ser endereçada ao novo presidente considerando as eleições que é uma carta para preservação da democracia dos direitos humanos. Que essa carta vai ser assinada simbolicamente no dia 27 de novembro e vai ser submetida a uma leitura previa dos conselhos que tiverem feito a adesão e será entregue ao novo presidente, a nova comissão de transição do novo presidente, que existe uma nota técnica elaborada com esses objetivos dizendo de forma mais detalhada. Solicitou o envio dessa nota técnica a nova presidente para que ela tenha acesso a isso e possa inclusive fazer uma divulgação mais ampla dentro de todos os representantes aqui do conselho **Solicitação:** enviar a nota técnica do COSEA para presidente. **3) Luiz - CNF** - Esclareceu que foi falado sobre o cadastro do BPC e que a já vinha trabalhando isso, que o MDS está fazendo um levantamento que esse estudo vai ficar pronto no dia 05 de na semana do dia 05 de novembro onde que esse estudo dos trinta e sete por cento do que foi levantado do eu ainda não foi feito, realizado o cadastro é para identificar como e que o conselho pode como e atuar junto as entidades CNF junto aos bancos que tão fazendo já, que fazem a atuação junto aos beneficiário para ver como que a fazer uma campanha mais forte, vai tomar as próximas providencias a partir do que a gente receber informação. **4) o conselheiro Felipe MDS** –esclareceu que em relação a informação que vai ser passada para o Luiz avaliar o encaminhamento, na CNF em relação aos bancos está se fazendo o levantamento dos agentes pagadores do benéfico, e vão passar essa relação para ele cadastrado ou não cadastrado para gente ter alguma em cima dos bancos, que já existe uma atuação mas ela e pouco eficaz que é só uma informação no demonstrativo credito bancário. **Lucia Secoti – PPI** - Agradeceu a colocação do Felipe, e passou a palavra para a conselheira mariana dar seu informe. **5) a conselheira Mariana Silva – MS-** é dizer que no dia primeiro de outubro foi lançado a primeira leva dos dados da pesquisa ELSI Brasil que o estudo da saúde do idoso no Brasil tem dados super relevantes , importantes no site disponível se colar no googleElsi Brasil você encontra as bases ELSI Brasil e lá tem as bases de dados vão esta disponíveis e eu acho que e super importante pra diversos planos a gente se apropriar e quem sabe até pensar em trazer algumas dessa informações pra análise dos conselhos , foi uma pesquisa financiada pelo ministério da saúde que tem e informações super relevantes e que a o conselho poderiam explorar esse material. **6) Lucia Secoti – PPI** - informou que a edição comemorativa dos quinze anos dos estatuto, estava no site que a Eunice acabou de avisar; **7) informou** que na gestão passada ficou deliberado que a presidente seria a pessoa que acompanharia o EBAP que houve



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º Andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

essa convocação no início de outubro e que na outra semana estaria em fortaleza que enquanto não houver a mudança no decreto o CNDI, está participando como colaboradora. Não havendo mais informes a presidente encerrou a reunião desejando uma boa viagem de retorno a todos. Para constar eu Eunice da Silva lavrei a presente ata.

Brasília, 10 de novembro de 2018.

Eunice da Silva.

Coordenadora do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa -CNDI